

Promoção

Conquistas de Abril

A CAMPANHA
ESTÁ A ACABAR:
A LUTA
CONTINUA!

Pág. 12

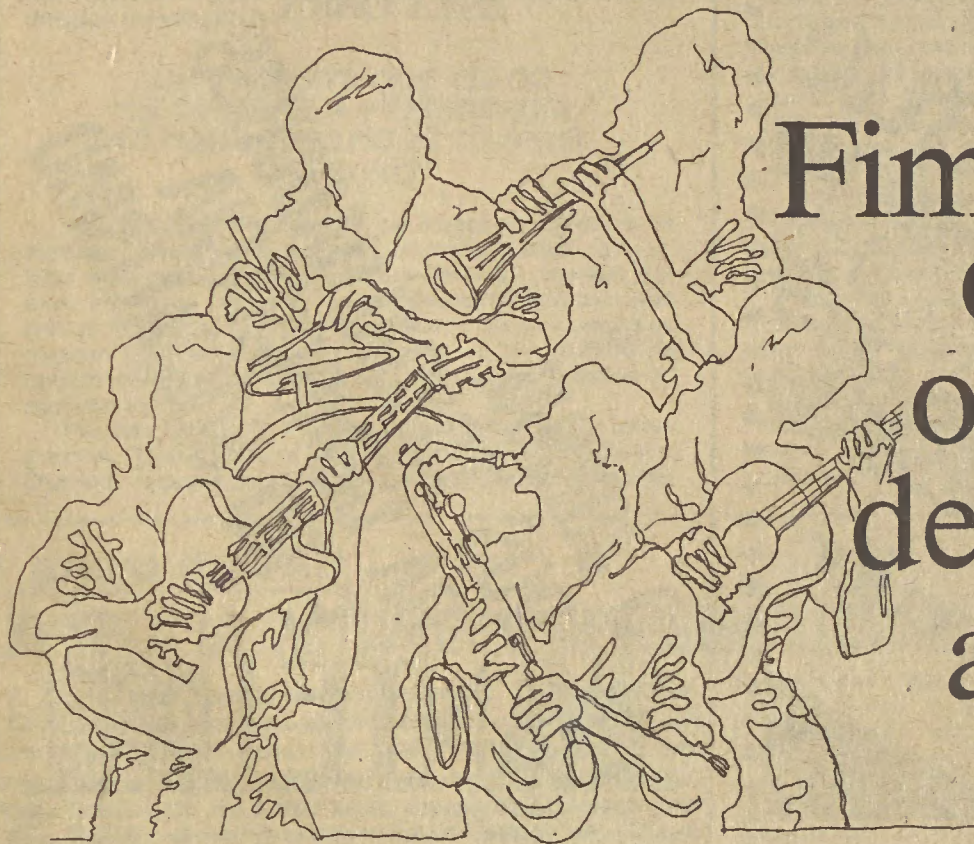


Concelho de Almada

DA POLÍTICA FASCISTA À RECUPERAÇÃO DEMOCRÁTICA



Pág. 9



Fim de ano
com
o PCP
de Norte
a Sul

Pág. 12



Morreu o camarada
José Manuel Miranda
membro do Comité Central

Pág. 6



Chile:
REFERENDAR
O TERROR?

Pág. 11

APÓS NOMEAÇÃO DE MÁRIO SOARES O ESSENCIAL CONTINUA A SER A DEFINIÇÃO DA POLÍTICA A SEGUIR PELO NOVO GOVERNO

O PCP mantém
a sua posição:

primeiro
estabelecer
uma plataforma

depois
discutir a
composição
do elenco
governativo

Editorial

PLATAFORMA DEMOCRÁTICA CONDIÇÃO INDISPENSÁVEL

A fase actual da crise política, aberta com a rejeição da moção de confiança no Governo do PS pela Assembleia da República e a consequente demissão da equipa governamental, arrasta-se na busca de uma solução. Uma interrogação legítima ocorre.

Que solução? Irão o PS e pessoalmente Mário Soares, agora indigitado pelo Presidente da República para realizar diligências com vista à formação de novo governo, empenharem-se numa solução correcta para a crise, numa nova política que responda aos agudos problemas nacionais? Ou as coisas irão passar-se apenas no domínio da composição do Governo sem modificar em aspectos fundamentais a política do Governo anterior?

As interrogações justificam-se porque os partidos da direita centram as suas exigências na composição do futuro governo fazendo o seu costumeiro jogo de barragem contra o PCP.

(Continua na pág. 2)



«JAMAIS VOLTAREMOS
AO ALENTEJO DOS AGRÁRIOS»

Pág. 5

ESQUERDISMO — 1

A reanimação e o relançamento das actividades dos grupos esquerdistas é uma das características da actual fase da vida política portuguesa. Aproveitando o actual período de crise, os pequenos agrupamentos esquerdistas lançam-se na actividade provocatória e divisionista procurando capitalizar em seu favor as indefinições e as incertezas que encobrem o horizonte da democracia portuguesa.

Este facto não é novo, antes constitui um fenómeno quase cíclico do processo político português iniciado em 25 de Abril e contra o qual o PCP sempre alertou os seus militantes e simpatizantes, em particular, e as massas trabalhadoras e populares, em geral.

Bem pode dizer-se que as massas trabalhadoras se têm oposto e recusado firmemente a irresponsabilidade que se esconde por detrás do verbalismo pseudo-revolucionário que esses agrupamentos lançam aos quatro ventos. Assim tem acontecido, assim continuará a acontecer.

No entanto, a complexa situação actual não se compadece com um alheamento em relação ao problema do esquerdismo, que tão grandes prejuízos causou já ao processo político português. Há que desmascarar firmemente o aventureirismo esquerdista que, acompanhado de uma fraseologia pseudo-revolucionária completamente desligada da análise concreta da situação concreta, ameaça criar conflitos e divisões entre todas as forças que se empenham, na presente situação, em encontrar uma saída democrática para a crise e em defender consequentemente a Constituição de Abril e as conquistas nelas consignadas.

O ESQUERDISMO SEMPRE CONTRA AS FORÇAS DE ESQUERDA

Desde a madrugada libertadora do 25 de Abril que o povo português foi surpreendido pela proliferação de dezenas de pequenos grupos reclamando-se das massas trabalhadoras e falando pretensamente em seu nome.

O PCP, cuja condição de classe o seu passado de luta alicerçou e cuja firmeza de princípios foi tantas vezes posta à prova com inteiro êxito no complexo processo revolucionário saído do 25 de Abril, é o único partido verdadeiramente revolucionário da classe operária portuguesa, o seu único destacamento de vanguarda marxista-leninista.

Mas o PCP nunca negou a outras forças democráticas, mesmo de minúscula dimensão, o direito de intervirem na luta política e de alargarem a sua organização às classes trabalhadoras.

Com a condição, porém, de se orientarem numa perspectiva de luta comum cuja meta histórica será inevitavelmente a unidade e a coesão ideológica do movimento operário português.

Não é esse o caso de algumas organizações pretensamente ligadas à classe operária e às massas trabalhadoras que levam a cabo uma actividade divisionista e caluniadora contra as forças de esquerda mais representativas, em especial contra o PCP.

O processo do radicalismo pequeno-burguês de feição esquerdista após o 25 de Abril está ainda por se fazer e terá de ser feito. Como grande partido das massas trabalhadoras, o PCP terá certamente muito que dizer nesse processo. Por ele se verá como ao longo dos difíceis dias do nosso processo político dirigentes esquerdistas foram preparando sucessivas campanhas, não de mobilização do povo português para a construção do socialismo, mas, grandes e graves campanhas de provocações e calúnias destinadas a comprometer a actividade política dos comunistas, a minar a sua influência no seio da classe operária e das massas trabalhadoras.

Tal como o presente constitui já uma completa declaração de falência dessa política dos esquerdistas, assim o futuro demonstrará a gravidade das suas tentativas de ataque à unidade da classe operária e das massas trabalhadoras.

UM EMBUSTE QUE VAI DO "25 DE ABRIL À PRESIDÊNCIA" AO "GOVERNO DO 25 DE ABRIL DO POVO"

A complacência com que as forças da direita e da reacção encararam e encaram a sua actividade, por um lado, e as constantes e por vezes violentas disputas que entre si travam, por outro, cedo demonstraram o completo desenraizamento dos grupos esquerdistas em relação às massas trabalhadoras e a ausência de um mínimo de responsabilidade na defesa dos interesses e anseios do povo português.

Por isso, natural foi a evolução conjunta de todos esses grupos. Uns, pura e simplesmente desapareceram. Outros, abandonaram a sua linguagem pseudo-

-revolucionária e revelaram-se como verdadeiros bandos neonazis e tropa de choque das forças da reacção. Houve, finalmente, os que continuaram iguais a si mesmos e persistiram nas tentativas de divisão do movimento operário e popular.

Iguais a si mesmos apenas nos métodos que têm vindo a utilizar. Iguais a si mesmos: o que, conforme têm demonstrado na sua actividade, nem sequer significa coerência.

Enquanto hoje enchem os seus comunicados de Constituição, nacionalizações, Reforma Agrária e outras conquistas da Revolução tão caras ao povo português, todos sabemos que ainda num passado recente as negavam, as desmentiam e, não só as não defendiam como, aliando-se objectivamente à reacção, as atacavam.

Os tempos, entretanto, mudaram e, apesar da sua vontade não ter mudado, mudou a sua fraseologia. Começaram a encher a boca dos seus discursos com o 25 de Abril — 25 de Abril que também chegaram a negar! — e, aproveitando-se de todos os momentos difíceis do processo democrático, lançaram a escadela da confusão, do divisionismo e, quantas vezes, da provocação.

Até às eleições para a Presidência da República, em todas as curvas perigosas do processo revolucionário, não houve quem desse por eles na defesa da democracia e dos interesses dos trabalhadores. Mas, nesse momento, e conforme o PCP amplamente previu e preveniu, através de uma campanha demagógica alicerçada num verbalismo pseudo-revolucionário, prometendo o que não tinham e nem podiam visivelmente cumprir, lançaram o seu radicalismo aventureirista.

Foi o tempo do "25 de Abril à Presidência", que depressa se veio a revelar não só como uma demagogia divisionista, mas sobretudo como uma ilusão perigosa.

Hoje, na presente situação, e iguais a si mesmos, os esquerdistas lançam a fórmula. Da presidência passaram ao Governo e lançam aos quatro ventos a fórmula "mágica" do "Governo do 25 de Abril do Povo". Que Governo? Como se formaria tal Governo? Que política teria? Quem o apoiaria?

A estas questões nada dizem porque nada têm para dizer. Mas a sua prática passada e recente deixa facilmente adivinhar que, por detrás da fórmula, se esconde uma política de divisão e de abismo.

Claro que tal fórmula não é para concretizar, mas apenas para tentar impedir os esforços de todos os democratas num sentido de se alcançar uma plataforma patriótica entre todas as forças interessadas na defesa das liberdades, da democracia, do progresso e da independência nacional.

Outros falam muito, nos últimos tempos, num Governo do PS com o PCP. Só que acompanham esta fórmula de ataques e calúnias contra os comunistas, utilizando os mais variados meios e locais, inclusivamente a própria Assembleia da República. É o caso para perguntar: qual PCP? Com que intuito, na presente situação, se avança tal fórmula acompanhada de tais ataques e calúnias?

COMBATER A AMEAÇA ESQUERDISTA

Todo este verbalismo oco tem apenas como objectivo evitar uma abordagem concreta da presente situação, com a qual se possa encontrar uma saída democrática para a crise, constituindo por isso uma perigosa e grave tentativa de divisão das forças democráticas e um esforço de sabotagem da unidade do movimento operário e popular.

As actividades do oportunismo esquerdista, traduzida em tais fórmulas a bem dizer "mágicas" apregoadas em toda e qualquer circunstância, constituem, para além de um embuste, propostas radicalistas e aventureiras destinadas a dividir trabalhadores e democratas.

Como sempre tem acontecido, essas actividades esquerdistas agora lançadas são acompanhadas de autênticas provocações contra os trabalhadores e contra os democratas e, nomeadamente, contra o PCP, servindo deste modo objectivamente os interesses da reacção. Os grupelhos esquerdistas revelam deste modo a sua verdadeira face anticomunista e, por isso, os seus desígnios não deixarão de ser firmemente combatidos e recusados por cada vez mais amplas camadas das massas trabalhadoras e do povo português.

A actividade divisionista e provocatória já ilude cada vez menos trabalhadores. Os seus ataques e calúnias às organizações de massas e nomeadamente ao PCP serão, num futuro próximo, a sua certidão de óbito.

Mas para que o perigo que ainda constituem, na presente situação, seja anulado, há que intensificar a luta ideológica contra o oportunismo e o aventureirismo esquerdista.

As massas trabalhadoras, armadas dos instrumentos ideológicos necessários, opor-se-ão a que esses grupos provoquem ao processo político português prejuízos maiores de que aqueles que já causaram.

restantes trabalhadores e lançando o descontentamento entre os emigrantes — acrescenta o documento — a greve do pessoal navegante "visa atacar a TAP como empresa nacionalizada".

SINDICATOS PARALELOS E ESQUERDISMO

Ao caracterizar a prática dos sindicatos paralelos, a DORL do PCP lembra que as forças reacçãoárias, "apostadas em utilizar os trabalhadores menos conscientes como arma de choque para os seus objectivos reacçãoários, mas impossibilitadas de o conseguirem à escala necessária face às derrotas sucessivas que vêm sofrendo em eleições sindicais", mudam de tática "e apontam para a criação de sindicatos paralelos através dos quais possam atingir os seus objectivos manipulando a vontade dos trabalhadores que se deixam arrastar para tais situações. É em especial na TAP, empresa onde as forças esquerdistas criaram situações de conflito de difícil resolução entre os diversos grupos de trabalhadores, que estas tentativas de divisão atingem os seus objectivos", acrescenta o documento da DORL.

A greve desestabilizadora dos pilotos da TAP tem sido largamente condenada. O plenário convocado pela Comissão Sindical para

anteontem e os esclarecimentos objectivos vindos a público em vários comunicados expressaram bem o sentir da maioria dos trabalhadores da TAP que protestam contra as atitudes divisionistas e condenam esta greve do SPAC.

Entre os comunicados de protesto figuram os dos trabalhadores comunistas da TAP, de Lisboa e do Porto. "Não estando como nunca esteve em causa nem a justiça da revisão salarial nem a facilidade de os sindicatos poderem declarar quaisquer forma de luta, incluindo a greve — afirma a Célula do PCP na TAP — não podemos deixar de apontar o exagero das reivindicações apresentadas, desde logo injustas se as compararmos com os aumentos conseguidos para os restantes trabalhadores da TAP e ainda o aumento escolhido para enveredar pela mais elevada forma de luta, o que revela estarem estas direcções sindicais (SPAC e SPNVAC) mais apostadas na criação de conflitos do que na resolução dos problemas dos trabalhadores".

O MOMENTO ESCOLHIDO PARA A GREVE DO SPAC

Paralisando por completo a actividade principal da TAP como transportadora aérea nacional, a acção do SPAC (Sindicato dos Pilotos da Aviação Civil), criado em fins

O PCP e a crise:

«O ESSENCIAL É ENCONTRAR-SE UMA POLÍTICA E UMA PLATAFORMA»

As conversações que têm decorrido entre o Partido Socialista e os restantes partidos com assento na Assembleia da República, e entre estes e o Presidente da República, general Ramalho Eanes, têm demonstrado, entre outras realidades, que o nosso Partido, expressando as posições da classe operária e dos trabalhadores, e de vastos sectores democráticos, está realmente empenhado num grande esforço patriótico para a concretização de uma plataforma entre forças políticas e sociais muito amplas, que permita ao nosso povo melhorar a sua situação e viver em democracia, como sublinhou o secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, após um encontro com o Presidente da República, no Palácio de Belém, na passada sexta-feira.

Acompanhado pelos camaradas Carlos Costa, do Secretariado do Comité Central e da Comissão Política, e Carlos Brito, da Comissão Política e presidente do grupo parlamentar comunista, o secretário-geral do PCP reafirmaria aos jornalistas que o essencial é encontrar-se uma política, uma plataforma, e não a constituição do Governo. O essencial — insistiu o camarada Álvaro Cunhal — é não deixar passar o tempo com pretensões ou com discussões de pretensões a postos no Governo ou lugares em administrações de empresas, enquanto a situação se degrada. O PCP nunca colocou, pela sua parte, a questão da participação ou não no Governo.

Sublinhando que o processo de negociações tem sido positivo, o camarada Álvaro Cunhal disse que, presentemente, estamos numa situação mais esperançosa do que antes da queda do Governo, acontecimento que não fechou as portas para uma plataforma com os trabalhadores e o nosso próprio Partido.

Ainda sobre a queda do Governo, apontou dois aspectos fundamentais: a recuperação capitalista e agrária contrária a recuperação económica; e a fórmula de Governo PS aliado de facto à direita não resulta.

Em relação à eventual formação de um Governo PS/CDS, referida por um dos jornalistas presentes, o camarada Álvaro Cunhal salientou que tal Governo conduziria a situação para pior, não resolveria nenhum dos problemas económicos e financeiros.

«COM OS TRABALHADORES ENCONTRAREMOS AS SOLUÇÕES»

Entretanto, no passado dia 21 deslocava-se a Belém uma delegação do Partido, com

o objectivo de informar a Presidência da República sobre o andamento das conversações bilaterais PCP-PS e as perspectivas do Partido em relação à crise.

Nós entendemos que de tudo o que até agora conversámos com o Partido Socialista, há possibilidade de aproximar pontos de vista em domínios muito importantes, que é possível chegar a conclusões, que é possível chegar a acordos, e pensamos que é de todo necessário fazê-lo — afirmou o camarada Carlos Brito após o referido encontro em Belém com o dr. Henrique Granadeiro, chefe da Casa Civil do Presidente da República. Na manhã do mesmo dia tinha-se realizado, na sede do nosso Partido a quarta sessão de conversações entre o PCP e o PS, que durou quatro horas. Ainda à saída de Belém, o camarada Carlos Brito, acompanhado pelo camarada Carlos Costa, diria aos jornalistas que aguardavam a delegação do PCP:

Nós pensamos que há factores muito positivos na situação e, entre esses, enumeramos, em primeiro lugar, o estado de espírito do Povo português, a serenidade com que acompanha os esforços que os partidos, os dirigentes dos partidos, estão a realizar e, naturalmente, e acima de tudo, os esforços do sr. Presidente da República e da Presidência da República para encontrar uma solução para a crise.

E acrescentou: Pela nossa parte, temos-nos empenhado o mais possível na procura de uma solução. Insistimos nesta nossa ideia: é que não há solução para a crise, para os problemas económicos e financeiros com que se debate o nosso País e o nosso Povo, que não seja com os trabalhadores. Com os trabalhadores, nós encontraremos as soluções para vencer as dificuldades, para superar a crise.

«RESPEITO ABSOLUTO PELA CONSTITUIÇÃO»

Ainda no dia 21, tinha decorrido, como já referimos, mais uma sessão de conversações entre o POP e o PS. O encontro, realizado na sede do Partido, contou com a presença dos camaradas Carlos Costa, Carlos Brito e Domingos Abrantes, e de Jaime Gama e Jorge Campinos, pelo PS.

No final da reunião, o camarada Carlos Costa falou para os jornalistas: Pensamos que estas reuniões vão prosseguir, e isto diz alguma coisa quanto às nossas perspectivas e aos nossos esforços para chegar a acordo. Pensamos que é possível e necessário chegar a acordo sobre algumas questões fundamentais, como seja

o respeito absoluto pela Constituição, pelos órgãos de soberania, pelos limites das formações económicas, pelas liberdades democráticas e outras conquistas dos trabalhadores.

REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES: UMA HIPÓTESE

No dia seguinte, 22, os camaradas Carlos Costa e Carlos Brito voltariam a Belém, para um encontro de cerca de uma hora com o chefe da Casa Civil do Presidente da República. E o andamento das conversações PCP-PS voltaram a ser tema.

À saída, os jornalistas ouviram Carlos Costa: Pensamos que há condições para que sejam coroados de êxito os esforços para encontrar uma plataforma política para a formação de um novo Governo e para a saída da crise política e económica.

Não colocando de parte a hipótese de realização de eleições antecipadas (previsto constitucionalmente), salientou que caso não seja possível um acordo, uma solução posterior às eleições imporá, também, um acordo e negociações para uma plataforma, com toda a certeza.

«TER EM CONTA AS TRANSFORMAÇÕES DEMOCRÁTICAS»

Na passada segunda-feira, o Presidente da República voltou a receber, em audiências separadas, delegações dos partidos representados na AR.

A saída, enquanto Jaime Gama, do PS, referiu que o seu

partido defende «um Governo de base PS com personalidades e com apoio parlamentar estável», e os srs. Sousa Franco (PSD) e Freitas do Amaral (CDS) voltaram a tecer as habituais confusões e verbalismos demagógicos, o camarada Álvaro Cunhal, acompanhado de Carlos Costa e Carlos Brito, sublinhou que estamos a chegar a um ponto de decisões: formação de novo Governo e, no nosso entender, definição de nova política e uma plataforma para esse novo Governo, a fim de que se possam resolver os problemas gravíssimos da hora actual, tendo em conta as transformações democráticas realizadas no nosso País.

Depois de reafirmar que a recuperação económica e financeira só é possível com os trabalhadores e por isso o novo Governo deve ter o apoio dos trabalhadores e não das classes e grupos monopolistas que dominaram em Portugal durante cinquenta anos, o secretário-geral do Partido afirmou que é essencial que haja um acordo de fundo com o PCP, mas nada temos a opor a um acordo com outras forças políticas, desde que não seja contraditório com o nosso.

A concluir, sublinhou o camarada Álvaro Cunhal: Apesar de já se ter avançado bastante na negociação de uma plataforma, ainda estamos na batalha por esse acordo político e pensamos que é possível e necessário alcançá-lo. Para tanto, esgotaremos todas as nossas possibilidades, mesmo depois de designado um novo Primeiro-Ministro, a menos que houvesse, neste campo, uma muito grande surpresa, no que não acreditamos.

AGORA À VENDA O DOSSIER ELEIÇÕES

edições Avante!

EM QUE SENTIDO SE DESLOCA O ELEITORADO PORTUGUÊS?

Este livro constitui a única publicação acessível a um largo público dos resultados comparados das eleições para a Assembleia Constituinte, Assembleia da República e, Autarquias Locais

Preço 100\$00

distribuição

CDL

Para o Departamento venda directa Rua Pedro Nunes 9-A Lisboa I

Nome _____ Morada _____ Localidade _____

Despejo receber o livro _____

Vale do correio n.º _____ \$00 em cheque

Para CDL _____

CADERNOS DE INICIAÇÃO AO MARXISMO LENINISMO

n.º 19

pequena biografia de

edições Avante!

CDL a distribuição

FRIEDRICH ENGELS

por EVGUÉNIA STEPÁNOVA

A greve da TAP

EXEMPLO DE ACTIVIDADE DESESTABILIZADORA QUE É IMPERIOSO CONDENAR

A greve por tempo indeterminado, que paralisou a TAP com um prejuízo nacional da ordem dos 22 mil contos por dia, é encarada pelo PCP, segundo um comunicado da DORL distribuído em 22 do corrente, como "exemplo de actividade desestabilizadora que é imperioso condenar". Alertando "os trabalhadores e todo o povo português para os perigos que tais actuações encerram na presente conjuntura política", o comunicado assinala que "a colocação de homens de confiança do grande capital no Conselho de Gerência da TAP, por imposição do SPAC, a formação de uma nova companhia de aviação no Porto, que aguarda apenas autorização governamental para início da actividade, e a compra pelo Governo Regional dos Açores da parte do capital privado da transportadora aérea açoriana (SATA) são outros tantos dados que ajudam a enquadrar a acção presente e permitem prever os caminhos que a reacção tentará na sua ânsia de conseguir a recuperação capitalista no sector do transporte aéreo".

Aspecto relevante do comunicado da DORL é o que chama a atenção para a actividade que as forças reacçãoárias desencadeiam ou podem desencadear através dos sindicatos paralelos, cuja prática desestabilizadora é flagrante na TAP, onde, "explorando o mal-estar existente em alguns sectores da empresa, resultante de erros cometidos no passado, as forças reacçãoárias conseguem a formação de 3 novos sindicatos: SPAC (Pilotos), STVAC (Mecânicos de voo) e SITEMA (Manutenção)".

Como novamente se verifica na TAP, onde o SPAC — sindicato paralelo — é a ponta de lança de todo o processo desestabilizador, "a formação de sindicatos paralelos mais não visa do que a criação de

instrumentos que as forças reacçãoárias possam utilizar para atingir os seus objectivos políticos e de divisão dos trabalhadores". Assim, a direcção do SPAC "atrai os pilotos da TAP e, por arrastamento, o restante pessoal navegante para um processo reivindicativo que sabia não ter qualquer possibilidade de uma solução negociada dado o irrealismo das propostas apresentadas" e que são conhecidas. Basta citar as tabelas salariais em que se propunha um salário mínimo de 45 600 escudos e máximo de 257 600 escudos mensais.

Exigindo somas incomportáveis, procurando desacreditar a empresa nacionalizada junto da opinião pública, recusando o diálogo e a aproximação com os

LUTAS E TAREFAS DO MOVIMENTO SINDICAL

EM LEIRIA CONTRA ACTUAÇÃO DIVISIONISTA E ANTI-SINDICAL

Um grupo de associados do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Escritórios do Distrito de Leiria acusa num comunicado a actual direcção divisionista de ser responsável por: falta de pagamento de quotizações, "administração ruinosa", "falta de informação sobre contratação colectiva", abandono das funções por parte dos dirigentes, "utilização da sede do Sindicato para fins partidários", falta de cumprimento de decisões das assembleias gerais, e difusão de um "órgão desinformativo de orientação marcadamente divisionista e anti-sindical". Referindo que "estes são alguns dos muitos aspectos em que temos deixado a actual direcção actuar", os trabalhadores signatários do documento, "interpretando o sentir dumha larga maioria de associados", pedem "a convocação imediata de novas eleições para os corpos gerentes". Para o efeito está em circulação um abaixo assinado.

LUTA PERSISTENTE DOS PROFESSORES

O Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, como resultado da sua luta persistente "pela segurança do emprego e pela recusa dos contratos a prazo", informa que se encontra garantido "o pagamento do subsídio de Natal, dos meses de Agosto e Setembro e do subsídio de férias a todos os professores, consoante o tempo de serviço que tenham prestado" e independentemente de os seus contratos vigorarem ou não até 31 de Julho.

CONTRA O DESPEDIMENTO DE UM JORNALISTA

A par das tomadas de posição da Comissão de Trabalhadores da Empresa Pública Notícias-Capital e do Secretariado dos Trabalhadores da Comunicação Social, o Sindicato dos Jornalistas protesta contra "o despedimento arbitrário do repórter fotográfico de 'A Capital', Inácio Ludgero". Exemplo da "inqualificável pressão a que estão a ser sujeitos os jornalistas", assim classifica o Sindicato esse despedimento, considerando que "ele não pode ser analisado isoladamente em relação a outras situações verificadas na imprensa estatizada e nomeadamente em 'A Capital'". O comunicado recorda a situação de desemprego em que se encontram dezenas de jornalistas portugueses, "vítimas do encerramento de empresas e de alguns casos de despedimento individuais absolutamente injustificáveis, que fazem dos jornalistas vítimas da má gestão das administrações".

NOVA ADESAO À CGTP-IN

O Sindicato da Construção Civil de Coimbra, cumprindo decisão maioritária, aderiu ao movimento sindical unitário, filiando-se na CGTP-Intersindical Nacional.

REVISÃO DO CCT DAS CONSERVAS DE PEIXE

No próximo dia 10 de Janeiro, iniciam-se as negociações para a revisão do CCT do sector das conservas de peixe. Num comunicado, os Sindicatos dos Trabalhadores das Conserveiras de Peixe de Peniche, Setúbal, Norte (Matosinhos), Olhão e Faro afirmam que vão continuar a mobilização "para alcançarmos as nossas justas reivindicações".

"RENDIMENTOS" PARA J. PIMENTA

Recusando-se a receber a comissão intersindical da empresa, ao mesmo tempo que informava um dos seus membros da impossibilidade de pagar o 13.º mês aos trabalhadores por "falta" de dinheiro, a Comissão Administrativa da J. Pimenta, nomeada pelo Estado, entregava ao ex-patrão mais de 600 contos de "rendimentos". O sr. J. Pimenta aguarda a decisão de um processo por fraudes, que lhe foram imputadas pela anterior CA, e que ascendem a cerca de 95 mil contos.

BANCÁRIOS REJEITAM ARBITRAGEM

A fase de arbitragem proposta pela Comissão Executiva de Contratação (CEC) para o CCT dos bancários foi rejeitada em assembleia geral do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas que aprovou por esmagadora maioria uma moção da comissão distrital de delegados de Lisboa exigindo que as negociações continuem e recomendando a direcção do Sindicato, afecte à ex-"Carta Aberta", hoje "MADISCA", que alerte os ministérios competentes "para atitudes provocatórias e lesivas dos interesses dos



bancários que a CEC vem assumindo". (A CEC representa os conselhos de gestão da banca). Por seu turno, o Sindicato dos Bancários do Centro, com sede em Coimbra, numa moção aprovada por unanimidade e aclamação em assembleia geral, repudia, entre outros pontos, "a proposta de arbitragem feita pela CEC na reunião de 13-12-77" por considerar "que a fase negociada é a única via desejável para a solução do conflito".

A CEQUEIRA DA REPRESSÃO NA JOAQUIM FRANCISCO DOS SANTOS

A "cegueira com que a administração continua a reprimir, inspirada pela ânsia persecutória de Menano Maia" é denunciada pela Comissão de Trabalhadores da empresa de construção civil Joaquim Francisco dos Santos, de Sacavém, devolvida aos ex-patrões pelo Governo. A repressão, que já levou a despedimentos, aplica-se agora a descobrir o autor, ou autores, de um comunicado distribuído pela Comissão de Trabalhadores em 28 de Novembro findo.

NA SANIMAR "AMOR PELO PRÓXIMO" E DESPEDITOS

O patrão da Sanimar, sr. Virgílio Esteves, um dos premiados com os desinvestimentos do Governo demissionário, ao mesmo tempo que manda do Brasil aos trabalhadores uma "mensagem de Natal", abusando de palavras como "paz, entendimento e amor pelo próximo", despede 14 membros da Comissão de Trabalhadores e delegados sindicais previamente suspensos por alegadas "injúrias" à entidade patronal.

METALÚRGICOS CONTRA SINDICATOS PARALELOS

Numa moção recentemente aprovada em plenário, os delegados sindicais dos trabalhadores da indústria metalúrgica e metalomecânica do distrito de Lisboa, "ao tomarem conhecimento de tentativas para a formação de sindicatos paralelos, denunciam à classe metalúrgica esta manobra que visa servir os interesses do capitalismo em prejuízo da luta dos trabalhadores portugueses pelo socialismo; exortam os trabalhadores a continuarem a sua luta pela emancipação e pela manutenção e aprofundamento das conquistas dos trabalhadores após o 25 de Abril; manifestam firme disposição de, irmanados com a classe metalúrgica do distrito de Lisboa e com todos os trabalhadores portugueses, isolarem aqueles que tudo fazem para quebrar a unidade existente no movimento sindical português representado pela CGTP-Intersindical Nacional".

TRABALHADORES REPUDIAM REPRIVATIZAÇÃO DO "COMÉRCIO DO PORTO"

A passagem do jornal "O Comércio do Porto" para a posse do capital privado foi rejeitada pelos trabalhadores reunidos em plenário que mantiveram a sua reivindicação do um estatuto de empresa pública para aquele diário nortenho. Rejeitados foram também os novos estatutos para a comissão de trabalhadores do jornal, decaídos de uma proposta de Marcelo Curto, ex-ministro do Trabalho e dirigente do PS.

CGTP-IN EM PLENÁRIO, HOJE

Na Voz do Operário, começa hoje pelas 10 horas o Plenário da CGTP-IN onde, além da aprovação do Orçamento da Central para 1978, serão designados os representantes sindicais no Conselho Nacional do Plano. A convocatória sublinha que podem participar no Plenário todos os Sindicatos, filiados ou não na CGTP-IN.

13 MILHÕES DE DÓLARES NO ESCÂNDALO ITT

A Comissão Unitária dos Trabalhadores da Standard Eléctrica revelou em conferência de Imprensa que o Governo demissionário autorizou o pagamento de "dividas" à ITT no montante de mais de 13 milhões de dólares em troca de um contrato de viabilização para a Standard Eléctrica. Lembrando que o Governo parece "ter esquecido os prejuízos causados pela ITT (cortes de encomendas, despedimentos, ausência de investimentos, etc.) à Standard Eléctrica (e a outras) com o abandono, desde Agosto de 1975 até hoje, das suas obrigações mínimas como proprietária e gestora que é e sempre foi das mesmas", a CUT assinala: "É evidente a cedência por parte do Governo às pressões e imposições desta multinacional, como prova o escândalo que é autorizar-se uma transferência de mais de 13 milhões de dólares para os EUA, quando pública e responsavelmente é reconhecido que a falta de divisas poderá pôr em perigo a estabilidade financeira do País".

OS PROFESSORES EM LUTA

Durante uma reunião nacional que decorreu recentemente em Faro, as direcções dos Sindicatos dos Professores das Zonas Norte, Centro, Grande Lisboa e Sul, decidiram propor aos professores de todo o País, de todos os graus de Ensino, uma paralisação de um dia, a realizar em 2 de Fevereiro.

Esta forma de luta tem como principal objectivo impor ao MEIC a abertura de negociações, tendentes à satisfação das reivindicações constantes da proposta nacional dos sindicatos, nomeadamente: colocações e desemprego, contagem do tempo de serviço, descongelamento e regulamentação das fases. Na referida reunião, os sindicalistas denunciaram a situação de impasse existente, devido à recusa obstinada do MEIC em abrir negociações com os sindicatos. Como efeito, já expirou o prazo para a abertura do diálogo, sem que o Ministério tenha dado qualquer resposta aos sucessivos pedidos de audiência dos representantes sindicais.

Segundo refere o comunicado saído da reunião de Faro, os sindicatos decidiram também exigir a revogação da Portaria 751/77, relativa aos cursos do ramo educacional das Faculdades de Ciências, considerando-a discricionária, e afirmar a posição de que a "opção" que essa portaria implica deve ser recusada pelos professores.

As direcções sindicais reafirmaram, igualmente,

perante o MEIC, a exigência de participar na elaboração do diploma regulador da carreira docente do Ensino Superior.

ESTAGIÁRIOS DE CIÊNCIAS CONTRA PORTARIA DO MEIC

No decorrer da passada semana, os alunos do 5.º ano educacional da Faculdade de Ciências de Lisboa convocaram uma conferência de Imprensa em que também esteve presente um elemento da direcção do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, que, referindo-se à Portaria 751/77 de 13 de Dezembro (que entre outras ilegalidades nega o direito ao trabalho daqueles alunos finalistas), sublinhou: «Não há base legal para aplicar esta Portaria e o MEIC só o poderá fazer por via coerciva, passando por cima de tudo e de todos». De acordo com aquela Portaria, os alunos que optarem pelo Ensino ficam impossibilitados de concluir o curso, enquanto os que se decidirem pela sua conclusão ficam desempregados.

Rejeitando firmemente (mais) esta arbitrariedade do MEIC de Cardia, os alunos dirigiram-se já a várias entidades oficiais, entre as

quais a Comissão Parlamentar de Educação, Cultura e Ciência, a qual aprovou por unanimidade o pedido de suspensão daquele diploma.

A Comissão Coordenadora dos estudantes do Ramo Educacional das Faculdades de Ciências foi também recebida, recentemente, pelo adjunto do Provedor de Justiça, que salientou o seu desacordo em relação às consequências da referida Portaria e prometeu uma resposta concreta para breve.

De referir que durante quase todo o ano, os alunos do ramo educacional (cujo número é de aproximadamente 500 no 5.º ano e 1000 no 4.º), desenvolveram uma luta persistente junto do MEIC para que fosse dado seguimento à determinação do artigo 7.º do Decreto-Lei 925/76, onde se refere que «o funcionamento dos estágios deveria regular-se por Portaria do ministro e que a mesma definiria igualmente «os direitos e deveres dos alunos estagiários».

Tal como recordou um dos alunos estagiários do 5.º ano no encontro com os jornalistas, em 28 de Julho deste ano, chegou a realizar no MEIC uma reunião em que aqueles problemas foram abordados com grande profundidade, tendo estado presentes membros das Direcções-Gerais dos Ensinos Superior, Secundário e Básico, dos órgãos de gestão das três Faculdades de Ciências existentes no País, dois professores orientadores de estágio e alguns

representantes dos estudantes. A concessão aos estagiários de uma «gratificação» idêntica à dos professores provisórios com habilitação própria (Letra I) foi um dos aspectos mais importantes das conclusões saídas daquela reunião. Outra questão referida no encontro de 28 de Julho dizia respeito às condições em que se processa o estágio de licenciatura, tendo-se proposto que os finalistas tivessem, tal como no estágio habitual, apenas duas turmas à sua responsabilidade.

E quando os alunos do ramo educacional aguardavam a saída de uma portaria que respeitasse as conclusões daquela reunião, o MEIC resolveu publicar mais uma portaria inconstitucional onde não se respeitam os mais elementares princípios da dignidade e da responsabilidade.

ALUNOS DO ISSCP: QUE FUTURO?

Em Novembro deste ano — onze meses após o encerramento pela polícia do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISSCP), uma das mais aberrantes arbitrariedades ditadas pela incompetência e pelo autoritarismo estéril do sr. Cardia — o MEIC emitiu um despacho que integrava os alunos de Economia daquela escola no Instituto Superior de Economia (ISE) e os do bacharelato em Ciências Sociais no Instituto Superior de

IMPORTANTES SINDICATOS GANHOS PARA A UNIDADE

O grupo divisionista até há pouco conhecido por "Carta Aberta" e que mudou de nome para tentar esconder o fracasso e o descrédito da sua actuação como ramo "sindical" da recuperação capitalista, deixou há dias de poder contar com qualquer dos seus elementos nas direcções de sindicatos operários. Perdendo as eleições nos Metalúrgicos de Aveiro e nos Mineiros do Norte e Centro, acabou-se-lhes de todo a muito reduzida influência de que as suas posições reformistas de serventuários do capitalismo ainda podiam dispor ao nível daquelas direcções sindicais.

A derrota estrondosa que sofreram no Sindicato dos Metalúrgicos de Aveiro (3000 votos contra 6711 para a lista unitária que venceu as eleições) e a larga margem da vitória no Sindicato Livre dos Mineiros do Norte e Centro

demonstram com eloquência, a par de outros exemplos, como as posições, da direita e do esquerdismo no movimento sindical estão condenadas ao fracasso por contrariarem os interesses dos trabalhadores.

Exemplos recentes do avanço da unidade por todo o País são ainda os êxitos eleitorais das listas unitárias no Sindicato das Indústrias de Ourivesaria, Relojoaria e Correlativos do Sul, na Comissão de Trabalhadores da Mompur e na Associação dos Jornalistas e Homens de Letra do Porto.

O significado de todos os êxitos unitários que têm vindo a aumentar nos últimos doze meses deve ser posto em relevo. Como o camarada Álvaro Cunhal salientava há dias no Porto, "a unidade, a democraticidade, a consciência de classe do movimento sindical português

é um obstáculo aos planos do grande capital e do imperialismo".

ALGUNS NÚMEROS DO NORTE

Segundo um balanço provisório nos 5 distritos do Norte, em 31 eleições sindicais realizadas desde o princípio deste ano, as listas da unidade venceram 23.

No distrito do Porto, as mesmas listas unitárias foram eleitas em 16 dos 22 actos eleitorais realizados.

Nos distritos de Braga, Viana do Castelo e Vila Real, segundo dados disponíveis para os primeiros onze meses deste ano, a larga maioria das eleições sindicais foram vencidas pelas listas unitárias em prejuízo de esquerdistas e elementos afectos ao PPD e ao PS, integrados na "Carta

Aberta". Mesmo em regiões onde as posições reacçãoárias e anticonstitucionais se vangloriam de um clima de apolo, os trabalhadores continuam a escolher a unidade para enfrentar o caciquismo e a repressão patronal, como tem vindo a suceder também nos Açores e na Madeira.

A unidade, que não tem expressão apenas nas eleições sindicais, mas em muitas outras tarefas e lutas dos trabalhadores organizados é uma realidade em todo o território nacional. O seu reforço propaga-se a todo o País. Os seus êxitos são, nacionais. Mas é preciso que sobre eles ninguém adormeça. A unidade é a arma mais poderosa de que os trabalhadores dispõem. É necessário utilizá-la em todas as circunstâncias e velar pelo seu reforço e eficácia.

LIMITES JUSTOS E PRECISOS NA PARALISAÇÃO DO COMÉRCIO

Sem perturbações nem incidentes e com a compreensão do público, os trabalhadores do comércio retalhista paralisaram a sua actividade em Lisboa, em 23 do corrente, das 9 às 11 da manhã, como forma de luta contra as «sucessivas e constantes tentativas e manobras da Comissão Patronal Negociadora no sentido de boicotar e adiar a saída do Contrato Colectivo de Trabalho». Esta paralisação de duas horas teve estrito carácter laboral. Esse limite reivindicativo e justo não foi ultrapassado. São falsas as afirmações em contrário, designadamente a do presidente da Comissão patronal que pretendeu atribuir carácter «político» às reivindicações dos trabalhadores que incidem, muito concretamente, na falta de acordo quanto a tabelas salariais, retroactividade, diuturnidades, complemento do subsídio de doença, horário de trabalho e períodos de descanso semanal.

A paralisação foi anunciada com antecedência, por forma a não prejudicar os interesses do consumidor. Com um objectivo muito concreto e preciso, a decisão de paralisar foi aprovada em plenário sindical, tendo em conta, nomeadamente, o significado da actual época natalícia, junto da população consumidora, que não deve ser prejudicada — sublinhava a proposta de paralisação, considerando, por outro lado a actual situação de indefinição e vácuo político em que o nosso país se encontra e que nós trabalhadores, bem ao contrário dos representantes do grande patronato — acrescentava a proposta — não estamos interessados em criar desestabilização, nem tão pouco em agravar tensões sociais.

Da proposta aprovada em 16 do corrente constava ainda a eventualidade expressa de a Comissão Sindical Negociadora «desmarcar esta paralisação no caso de

verificar um andamento francamente favorável das negociações». Foi isto que não sucedeu. E não por culpa da CSN que esperou até ao dia 22 que a associação patronal comparecesse às reuniões de conciliação. A intransigência patronal foi o único motivo da forma de luta adoptada para a qual foi escolhido um período de pouco movimento de maneira a não afectar o abastecimento público na quadra do Natal.

O CTT para o comércio retalhista abrange 40 mil trabalhadores que por ele esperam há mais de cinco meses vendo diminuir diariamente o seu poder de compra. Para vencer esta situação, a CSN com o apoio dos trabalhadores e do Sindicato vai continuar a fazer todos os esforços designadamente através de um maior número de reuniões, em Janeiro, se as já marcadas não conduzirem a um acordo.

NO PORTO COMISSÃO RECUSA NEGOCIAÇÕES

Hoje, dia 29, pelas 21 e 30, os trabalhadores do comércio reunem-se no Porto para decidirem sobre as formas de luta a adoptar perante a posição das associações comerciais que se recusam a negociar o contrato único para todos os trabalhadores do comércio em geral do distrito do Porto.

O plenário de hoje é convocado pela Comissão Negociadora Sindical de que

fazem parte os Sindicatos do Comércio; Escritórios; Electricistas; Armazéns; Técnicos de Vendas; Indústria de Madeiras; Carpinteiros; Telefonistas; Metalúrgicos; Portaria, Vigilância e Limpeza; Técnicos de Desenho; Estucadores, Trolhas e Pintores; e Cobradores.

Desde Julho findo que os Sindicatos tentam negociar com os representantes das entidades patronais um contrato para todo o comércio, como se verifica aliás em todos os outros distritos do País, contrato esse que, segundo os Sindicatos, «permitirá uniformizar as condições de trabalho de todos os trabalhadores e favorecerá o pequeno e médio comerciante, na medida em que obrigará os grandes comerciantes a cumprirem com as novas tabelas em relação a todos os trabalhadores ao seu serviço».

Por isso, são os grandes comerciantes do distrito do Porto que recusam o contrato vertical e único, com o objectivo — assinalam ainda os Sindicatos — de «impor ao pequeno e médio comércio encargos salariais superiores aos que eles próprios suportam, de forma a explorarem as vantagens que daí advêm».

O próprio Ministério do Trabalho já interveio na questão convocando para 10 de Novembro findo uma

reunião para tentar a conciliação. A parte patronal compareceu a essa reunião e aceitou o início das negociações. Mas, ainda segundo os Sindicatos, «os grandes comerciantes, preocupados com a uniformização das condições de trabalho que derivarão do contrato vertical», destituíram a comissão patronal que aceitara as negociações e nomearam uma nova comissão «constituída pela fina flor da aristocracia comercial» que, em 28 de Novembro, anunciou que não aceitava negociar. Esta atitude é considerada pelos trabalhadores como «provocação e má fé».

A SITUAÇÃO É IDÊNTICA EM VIANA DO CASTELO

Em Viana do castelo, os trabalhadores do comércio repudiam, por seu turno, a posição do patronato que pretende adiar o mais possível o início das negociações do contrato colectivo de trabalho.

Num plenário sindical, os trabalhadores do distrito avisaram o patronato reacçãoário que lutarão pelos seus direitos.

A vigência do contrato anterior terminou em 31 de Outubro findo sem que até hoje se tenha iniciado a sua revisão.

Direito ao trabalho

ACGTP-IN PARTICIPOU NUM SEMINÁRIO INTERNACIONAL

A CGTP-Intersindical Nacional participou em Budapeste num seminário de juristas sindicais europeus. A Central portuguesa apresentou um relatório sobre "O Direito ao Trabalho e à Igualdade no Emprego (Aspectos Jurídicos)". Organizado pela Federação Sindical Mundial, o seminário integrou-se na actividade da Comissão Jurídica da FSM e nele participaram, além do nosso país, a União Soviética, RDA, Checoslováquia, Bulgária, Hungria, Polónia,

Roménia, França, Espanha, Chipre e Finlândia. Em comunicado, a CGTP-IN afirma que a sua participação no seminário se revestiu de grande importância na medida em que permitiu uma recolha valiosa de informação sobre os temas em discussão ("Direito ao Trabalho") e ainda a aquisição de elementos de estudo para o trabalho futuro, bem como o estabelecimento de contactos com os juristas sindicais dos outros países para troca de informações e experiências.

ABC do Marxismo-Leninismo

a colecção
acessível
a todos

na linguagem
e no preço

ACABA DE
SAIR

Série A
A SOCIEDADE
E O ESTADO
Nº 14

A RESISTÊNCIA
ANTIFASCISTA
NA ALEMANHA

(1933/1939)

edições
Avante!

preço: 12550

O militante

BOLTIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUES



MAIS DE 8 MIL NOVOS CAMARADAS EM NOVEMBRO

- REFORCEMOS A PROMOÇÃO ATÉ AO SEU FINAL ENQUADREMOS SEMPRE MELHOR A ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO
- O TRABALHO CAMPONES NO ALGARVE
- COMISSÕES DE MORADORES SITUAÇÃO E PERSPECTIVAS
- 1.º CONGRESSO DA UEC - A ESCOLA E A VIDA NO CAMINHO DE ABRIL

JÁ A VENDA

Trabalhadores agrícolas recordam para o «Avante!»

O ALENTEJO NO TEMPO DOS AGRÁRIOS TEMPO QUE NÃO PODE JAMAIS VOLTAR

Por cada novo ano, prolonga-se a luta dos homens e das mulheres das fábricas e dos campos animados pela certeza de que a «Esquerda Vencerá». Um dos objectivos que os faz marchar em frente, combatendo o medo à violência dos que não têm audição entre o povo, é o desejo de que não voltem mais os tempos em que a fome era vizinha de todos os dias, os anos – tantos que foram! – em que as crianças andavam pelos montes buscando saragaços para enganar o estômago. A memória ainda próxima destes anos é um estímulo para a luta até que os trabalhadores deste país possam finalmente dizer: «A Esquerda Venceu!».

«Uma das coisas mais antigas que me lembro, teria eu aí uns 8 anos, foi da minha mãe me mandar partir o pão para o nosso patrão. Eu respondi-lhe: "Então o senhor César não tem sequer habilidade para partir o pão? A gente trabalha para o amo, faz-lhe o pão e ainda tem de parti-lo?! Parta-o ele!».

Estas palavras solta-as o João. Somos cinco à beira da lareira, numa casa em Pias. A vila adormece lá fora, na noite, mas nós ficámos gastando as horas sem dar por isso: nós, redactora e fotógrafo do «Avante!», a Domingas e o marido, o Patinhas, o João e o Isidro, todos trabalhadores da UCP «A Esquerda Vencerá» em Pias. As despesas da conversa cabem quase integralmente a eles, recordando o tempo em que foram crianças sem infância, o nascer do espírito revoltoso, o despertar e envolvimento na luta. Das suas palavras fica o testemunho no qual se enraizam muitas das razões do combate de hoje dos trabalhadores não apenas de Pias mas de todo o Alentejo.

Isto porque «a luta do trabalhador alentejano é uma só» de tal modo foi igual a sorte na miséria e exploração.

João – O meu pai era consentado, ganhava o avio que era todas as semanas uma porção de farinha, de grão e um litro de azeite. Dinheiro não o via. E tinha a seara. Todos os criados consentados tinham um bocado de terra para semear favas, um alqueive ou menos. Ora, um alqueive são 6 hectares, eles tinham, em geral, um sexto do hectare. Ao fim do ano, por Santa Maria, recebia do amo o ensacado que era um tanto de trigo, um tanto de grão, um tanto de vinho. Recebia a soldada sempre pela Feira de Moura onde ia comprar o calçado e alguns cobertores

para as camas. Barbeiros e coisas dessas, pagava com trigo, um tanto por ano. O meu pai pagava ao barbeiro um alqueive de trigo por ano para ele lhe cortar o cabelo e ao meu irmão. De resto nunca tínhamos dinheiro para ir ao comércio. Os trabalhadores diários é que podiam ir ao comércio. Ganhavam então, no fim dos anos trinta, 7500, por dia, os homens e as mulheres 4500 e 4550. Quem bebia café eram os gulosos. Só pelo Natal é que toda a gente bebia café. Isso era geral. Na noite de Natal, fazíamos o magusto: comíamos bolotas assadas (na nossa língua é boletas). Nos outros dias era sempre a mesma coisa: um caldo muito que era água quente com pão, um caldo muiirão que era água com dois ou três tomates se houvesse, se não um bocado de pimentão ou, nos melhores dias, um subrafuso que era água com um bocado de toucinho rançoso que davam os patrões, partia-se um alho e migava-se um pão no prato.

Isidro – Nasci em 1932. O meu pai morreu em 1940. Tinha eu 8 anos de idade e comecei a guardar porcos. Descalço, despido, cheio de fome e frio, ganhando 10 tostões por dia, que eram 10 tostões comidos. Era comida que eles, os agrários, negavam à mesma, porque a comida ficava lá na gaveta do patrão. Aviam-nos às vezes uma pinga de café, um bocado de pão com azeite, que a gente não matava a fome durante o dia, levando atrás os perus e os porcos. Guardei porcos e perus até aos 18 anos. Depois comecei a trabalhar nas mondas, nas ceifas, nos varejos, em vários trabalhos e pagavam-me sempre um preço de miséria. Já eu era rapaz e ganhava pelo preço das mulheres. Sucedia que homens, já depois de terem ido

às inspecções, eram pagos pelos agrários ao preço das mulheres. Eram crises de trabalho e eles aproveitavam a miséria dos trabalhadores. Dentro desses períodos, era muito dura a vida. Nós éramos 8 filhos, a minha mãe era lavadeira, o posto de trabalho mais horrendo que havia no Alentejo, que era lavar a roupa desses piratas dos agrários. Davam-lhe um jantar que era uma gota de água com uma cebola lá dentro e três feijões para os 8 filhos comerem e davam-lhe sete ou oito escudos. Várias vezes tínhamos de comer cardos, saramagos, o que apanhávamos nos campos, toda a murrça que podíamos trazer.

Tempo dos agrários: tempo de comer cardos, tempo de morrer cedo

Domingas – Comecei a trabalhar com 12 anos. Os sapatos que a gente levava ao trabalho eram ligados com arames. A vida foi assim. Éramos 9 irmãos mais o meu pai e a minha mãe. Vivíamos muito mal. Só tínhamos duas casas. Todos dormíamos no chão menos os meus pais que tinham uma cama. A nossa cama era tudo sacas: sacas por baixo e sacas por cima. Não tínhamos que comer. Era tudo à espera de que chegasse um com um bocado de pão. Depois os meus irmãos foram crescendo e iam roubar umas coisas aqui e outras além, para a gente matar a fome. Mas quando eram apanhados, eram presos e espancados pela guarda da aldeia. Chegavam a pontos de vir do posto com o corpo todo negro por causa de terem ido roubar para comer. O meu pai uma vez também foi roubar um



«Tempo de hoje: tempo de construir, de abrir os caminhos...»

bocado de trigo para nós, apanharam-no e levou porrada. A nossa vida toda foi de penar muito. Depois a minha mãe morreu, em Lisboa, com um cancro e a gente não tinha dinheiro para ir ao funeral. Os camaradas é que ajudaram a gente para irmos, mas quando chegámos não tínhamos dinheiro para despachar o funeral. Mais tarde fui servir. Quando queríamos comer, por pouco que fosse, tentávamos ir servir. Voltava noite escura e tinha medo por causa das histórias que contavam de lobisomens, fantasmas, bruxas, vampiros desaparecidos e companhia.

Patinhas – Éramos quatro irmãos. Fiquei sem o meu pai tinha eu 10 anos. A minha mãe tinha de ganhar para a casa. Durante muitos anos, foi lavadeira. Por vezes conseguia arranjar um pão e enquanto a gente comia, chorava ela. A minha mãe e as minhas irmãs dormiam as quatro numa cama e eu dormia numa cama de caixotes aos pés da cama tapada com sacas. Parte dos dias se jantávamos não almoçávamos, se almoçávamos não jantávamos. Alguns dias, tínhamos de passá-los

a roubar figos, umas vezes verdes, outras secos. Outros dias, passávamos a comer grãos secos. O pequeno agricultor é que nos dava um pouco de pão quando íamos pedir. Os ricos mandavam os criados dizer que o patrão não estava e a patroa não tinha deixado ordem para dar esmola. Depois guardei perus e porcos. Sempre descalço, sempre com os pés todos enfiados. Trabalhava na Aldeia Negra, onde o patrão me dava um pão quase da cor da chaminé. Quase sempre eram umas migas, sempre a mesma história. Quando muito comíamos uma azeitona. Nunca fomos à escola. Tive o meu primeiro par de sapatos aos 13 anos, em troca de guardar perus uma temporada porque o patrão vendia também calçado.

João – Claro que com esta vida morria muita criança. Não havia antibióticos. Quando se ia à botica era para comprar quinino para as terças e as sezões. As terças eram febres que davam de três em três dias, levavam muita criança, e as sezões era uma febre que dava dia sim, dia não. Os remédios criavam os as mulheres. Quando da feira da Ascensão, era o dia da marcela, as mulheres iam para os campos buscar remédios, o chipamel, a abelhinha, a torneira para fazer unguentos para as feridas, ervas para chás. Morriam muitas crianças com difteria. Com sarampo morriam menos. Quando um miúdo tinha sarampo não o deixavam sair à rua, botavam-lhe o lenço da mãe à cabeça e ali estava guardado. Ainda me lembra quando tive sarampo porque foi da primeira neve que me lembra. Estava tudo coberto de neve e não me deixavam sair porque estava descalço. Depois arranjaram-me uns botifarrões velhos e lá fui pisar a neve também. Foi em 1943, não me esqueço da minha primeira neve.

Muitas das crianças morriam simplesmente de fome. Se os médicos o pudessem pôr na certidão de óbito, «morre por fome», isso era verdade... A fome era a doença que mais afectava as populações rurais.

Tempo dos agrários: tempo de emigrar, tempo de lutas e repressão

Patinhas – Nesse tempo trabalhava-se de sol a sol e às vezes não chegava e ia-se mais adiante... Trabalhava-se sem pausas a não ser para beber água ao meio-dia quando ela já abrasava e os carrascos não nos deixavam chegar à água fresca e ainda diziam que quem entornasse não voltava a beber. Por causa dessa água quente, muitos morreram e outros ficaram aí com males que ainda hoje sofrem deles. Era sede e fome. Mas depois vieram as lutas, começámos a combater em todo o Alentejo. Ao mesmo tempo o Partido Comunista infiltrava-se mais e mais nos meios rurais. Organizávamos-nos, reivindicávamos melhores condições de trabalho, mais um cigarro, mais 10 tostões de ordenado, depois um descanso. Iamos alcançando os nossos objectivos à custa de muitas torturas, muitas prisões. A partir dos anos 50, Pias era um baluarte do Partido. Em 52 foi a primeira greve para a jorna de 30\$00. Os agrários chamaram a GNR de Moura. Aguentámos durante uma semana. A guarda espancava-nos na praça de jorna todos os dias. Depois os agrários viram a cevada a estragar-se

e cederam. Então foi toda a gente trabalhar para recuperar, foram homens, mulheres, rapazio e ainda tiveram de meter pessoal de Moura e de Vale de Vargo. Em 1953, passámos a reivindicar os 50\$00. Os agrários resistiram, foram buscar algarvios, abrasaram tudo com gente de fora, os ratinhos. A gente tentou chegar à fala com eles para pedirem o mesmo que nós. Entretanto fomos presos, levados para Caxias e para o Aljube, durante quatro meses e meio. A GNR lançou o estado de sítio na vila. Não podíamos andar mais de dois, não podíamos andar com as mãos nos bolsos. Espancavam homens e mulheres que encontrassem na rua depois de determinadas horas. Não podíamos tão pouco ir para o namoro à noite, dar uma salva às raparigas.

Isidro – Passado pouco tempo veio a emigração. Voltamos a ser mais massacrados ainda pelos capitalistas franceses, alemães e suíços. Durou cerca de 10 anos, até 1974, até ao 25 de Abril, a emigração levou-nos daqui 300 e tal pessoas. Andámos uma data

João ou para o Júlio de Matos" diziam eles. Mas eu não podia trair o meu Partido, não podia puxar para lá os camaradas. Parecia que as minhas torturas não tinham fim. Mas quando íamos para lá, estávamos dispostos a dar a vida.

João – Eu vi o meu pai, e como o meu pai, os pais destes camaradas que aqui estão, que para nos aquecermos chegavam a trabalhar a mais de 10 quilómetros de distância e a vir à noite com um pau às costas para fazer lume para os filhos. E eu tenho a cabeça amagoada dos feixes de saragaço que carreguei. Isso tudo, essa vida que fizemos na meninice, em que vímos o que os nossos pais sofreram e sofremos também, é que nos rebelou. Os pais dos nossos pais obedeciam cegamente ao patrão e os filhos tinham de obedecer também, tinham de servir. Os nossos pais já não nos forçaram a isso. O que observámos do que nos rodeava, criou em nós o espírito revoltoso e começámos a reivindicar. Mas não só depois de sermos homens. Com 15 e 16 anos, já nos tempos das mondas,

/ Do sangue dos trabalhadores."

"Já quando na Idade Média / Os escravos se revoltaram / Em sinal de rebeldia / A rubra bandeira hastearam."

"Já lá na Comuna de Paris / A luta nas barricadas / Foi durante oito dias / Pelos operários hasteada."

"E já na União Soviética / O contentamento flutua / Enquanto no capitalismo / se luta pelo direito à rua."

"Sempre Avante! Sempre Avante! / Ao combate preparados / Corre o estandarte em pé / Como o símbolo dos explorados."

Tempo dos trabalhadores: tempo a alcançar, tempo de lutar e vencer

Com o 25 de Abril, abriram-se os caminhos para o tempo dos trabalhadores. Por isso os capitalistas e agrários sabotaram, a direita conspirou e conspira, procurando recuperar posições e conseguindo-o aqui e ali. Do muito que há a dizer destes três longos anos,



«Tempo dos agrários: tempo de casas vazias, tempo em que ficavam nas aldeias, quase só, os velhos, as mulheres e as crianças».

de anos de campanha a sofrer, a lavar a roupa, a pedir o comer, sem o saber pedir em França. Tínhamos de lutar ali forte, telefonar para o sindicato, telefonar para a polícia. Muitos dos patrões, agrários também, roubavam-nos sempre porque tinham todas as facilidades, a gente não os percebíamos, mal sabíamos pedir o pão... Iamos para as contas e eles pagavam como queriam. A não ser que a rapaziada fosse firme, eles conseguiam sempre burlar nas campanhas de beterraba, de peró ou o que fosse. Foi uma luta como cá contra os agrários. Eles não são melhores nem piores. São capitalistas.

Fui preso em 1954 e 1958. Da segunda volta passei pela tortura do sono três vezes: uma vez 98 horas, outra 76 e outra 48 horas. Fui espancado brutalmente pelo agente Paulino, pelo chefe Rego, pelo agente Baptista. Até me estoirarem os sapatos nos pés com as torturas e a não me servir a roupa com o inchaço. "Tens três caminhos a seguir: ou falas, ou vais para o Alto S.

reivindicávamos o preço e quando havia outra coisa qualquer já guerreávamos com o manager ou o patrão. Em 1953, fizemos a praça da jorna à porta do posto da GNR porque queríamos trabalhar e os agrários não davam trabalho por causa das máquinhas que tinham.

Fazíamos reivindicações que se formos a ver que era no tempo de Salazar, se a gente as contasse nem pareciam verdade. Uma vez, o povo levantou-se aqui em pé, marchando pelas ruas a reivindicar a libertação de três camaradas que estavam presos no posto da GNR, e cantando o Hino Revolucionário que era assim:

"Avante, sempre Avante! / Ao combate preparados / Corre o estandarte em pé / Como o símbolo dos explorados."

"Do Oriente ao Ocidente / Como o facho da rebeldia / Lançam-se os braços para a frente / Em luta contra a burguesia."

"Em luta contra a burguesia / Em luta contra os opressores / A bandeira vermelha é rubra

falámos também nessa noite em Pias, nós a redactora e o fotógrafo do «Avante!», a Domingas, o marido, o Patinhas, o Isidro, o João, todos eles trabalhadores da UCP «A Esquerda Vencerá». A vila há muito adormecida, avizinhava-se mais um dia de trabalho nas terras onde outrora foram explorados pelos agrários e que ocuparam em 1975, enriquecendo-as com o seu esforço. E porque «a luta dos trabalhadores alentejanos continua a ser uma só», os resultados alcançados pouco variam: a produção aumentou significativamente, subiu extraordinariamente o número de cabeças de gado, neste ano, abriram-se em Pias os maiores alqueives de sempre, fizeram-se as melhores sementeiras de Outono de todos os anos. Com a determinação e a vontade de quem quer alcançar o tempo dos trabalhadores, tempo de lutar e vencer. Tempo de dizer: "Foi duro. Mas a esperança de que «A Esquerda Vencerá» dá-nos forças para chegar aos dias em que poderemos dizer «A Esquerda Venceu!».



«Tempo dos agrários foi tempo de resistência, de luta na qual se trabalhava já pela manhã de Abril»



Última homenagem ao jovem companheiro desaparecido

A MORTE DO CAMARADA JOSÉ MANUEL MIRANDA

Milhares de trabalhadores acompanharam, na segunda-feira, para o cemitério de Torres Vedras, o funeral do camarada José Manuel Miranda, membro suplente do Comité Central do PCP e da Direcção da Organização Regional do Oeste e Ribatejo, falecido no passado dia 24.

Em representação do Comité Central estiveram presentes os camaradas Joaquim Gomes, membro do Secretariado e da Comissão Política, Margarida Tengarrinha, Carlos Pinhão, Francisco Lancinha, Raimundo Cabral, Osvaldo Castro e Carlos Pereira.

Fizeram-se igualmente representar todos os organismos do Partido dos distritos de Leiria e Santarém, bem como todos os membros da DOROR, organismo a que o camarada falecido pertencia, e ainda diversos membros da DORL.

Incorporaram-se igualmente no funeral numerosos camponeses do Oeste e militantes e trabalhadores dos concelhos do Bombarral e de Óbidos, zonas a que o camarada falecido estava ligado. Milhares de trabalhadores de Torres Vedras, donde o camarada José Manuel Miranda era natural, não deixaram de prestar a sua última homenagem ao seu companheiro, outro tanto o fazendo muitos trabalhadores dos concelhos de Alenquer, Sobral e outros, onde o camarada trabalhava.

No cemitério e perante a urna coberta pela bandeira do PCP usou da palavra o camarada Carlos Pinhão que, em nome do Comité Central e da DOROR, traçou o perfil biográfico do falecido, salientando por último o seu exemplo de operário consciente e de dirigente responsável do Partido.

O funeral do camarada José Manuel Miranda saiu do Centro de Trabalho do PCP em Torres Vedras onde, entretanto, mal foi conhecida a notícia do falecimento, foram recebidas numerosas mensagens de condolências de diversos pontos do país, entre as quais se contavam diversas organizações do Partido, nomeadamente da DORA, DORL e da Comissão Distrital de Portalegre, organização em que o camarada José Manuel Miranda também trabalhava.

Trabalhadores anónimos, motoristas como ele e camponeses, entre outros envolveram a urna com dezenas e dezenas de coroas de flores, onde predominavam os cravos vermelhos de Abril. Igualmente se fizeram representar muitos jovens e diversas organizações juvenis, entre as quais a UJC e a UEC e ainda organizações culturais e desportivas.

UMA VIDA DE LUTA

Convidando as organizações do Partido, a classe operária, os trabalhadores, os democratas a fazerem-se representar na última homenagem ao camarada José Manuel Miranda, que dedicou o melhor da sua vida à luta em defesa dos interesses do nosso povo, pela democracia e pelo socialismo, um comunicado do Secretariado do Comité Central recorda alguns factos da vida de luta daquele militante.

Natural do Barro, Torres Vedras, com 33 anos de idade, motorista de profissão, o camarada José Manuel Miranda era militante do PCP desde 1973, tendo exercido anteriormente actividade política na Oposição Democrática.

Antes do 25 de Abril foi delegado sindical e membro do Comité Local de Torres Vedras do PCP. Em 1974 passou a dedicar toda a sua actividade ao Partido como funcionário político, tendo desempenhado, com a maior dedicação e entusiasmo, tarefas nas Direcções das Organizações Regionais de Lisboa, Alentejo e do Oeste e Ribatejo.

No VIII Congresso do PCP foi eleito membro suplente do Comité Central.

JOSÉ DOS SANTOS BASÍLIO

Resistente antifascista e militante do PCP depois de 1974, faleceu no passado dia 24 o camarada José dos Santos Basílio, operário vidreiro, de 68 anos de idade, residente em Tojeira de Picassinos, Marinha Grande. Irmão de Maria da Piedade Gomes, companheira do camarada Joaquim Gomes, membro do Secretariado e da Comissão Política do CC prestou a estes uma efectiva solidariedade tanto durante o tempo de prisão como na longa luta clandestina.

O camarada falecido era muito estimado na sua terra e o cortejo que acompanhou o funeral, onde o caixão ia coberto pela bandeira da Sociedade Recreativa 1.º de Maio, foi bem a prova do apreço em que era tido pelos seus conterrâneos e camaradas de trabalho.

AGOSTINHO DA SILVA MIGUEL

Vítima de doença cardíaca veio a falecer recentemente o camarada Agostinho da Silva Miguel, de 30 anos de idade, trabalhador despachante.

ADELINO DA SILVA

Foi com profunda mágoa que o Partido tomou conhecimento da morte do militante comunista Adelino Jacome da Silva, ocorrida recentemente.

Vítima de acidente de viação, o camarada contava 36 anos, era natural de S. Vicente de Paúl (concelho de Santarém) e exercia a profissão de motorista.

No último adeus ao militante comunista, que constituiu uma impressionante manifestação de pesar, incorporaram-se muitos dos seus familiares, camaradas, amigos e companheiros de trabalho.

ANTÓNIO JOSÉ DE BITO

Foi a enterrar no passado dia 21 de Dezembro o camarada António José Bito. Membro da célula da Função Pública de Setúbal, o camarada era natural de Serpa, onde nasceu em 1917. Estimado pelos camaradas e pelos seus companheiros de trabalho, o camarada encontrava-se há longo tempo doente e deixa profunda saudade em todos os que o conheciam.

ANTÓNIO GARCIA

Constituiu uma grande manifestação de pesar o funeral do camarada António Garcia, operário têxtil reformado, residente em Gouveia, que faleceu no passado dia 20.

Militante do Partido há mais de 30 anos, participou em várias lutas e greves antes do 25 de Abril e gozava de grande prestígio entre os seus camaradas de trabalho e da população da vila de Gouveia.

Aos familiares dos camaradas falecidos e aos seus companheiros de trabalho e de luta o colectivo do "Avante!" apresenta as suas condolências.

crianças da zona que apareçam para participarem na festa-convívio.

EM RIO DE MOURO E CACÉM

Com uma assistência de cerca de 300 pessoas das quais mais de metade eram crianças, os Pioneiros do Cacém representaram a peça «O Carnaval dos Pardais», a qual foi do agrado geral.

No final do espectáculo foi servido um lanche a todas as crianças presentes e distribuídos balões. Ao encerrar a festa várias foram as crianças que se mostraram dispostas a inscreverem-se nos Pioneiros de Portugal.

Por seu turno o núcleo de Rio de Mouro realizou a festa no Salão de Festas da Urbanil. O programa foi preenchido com filmes, ilusionismo, palhaços e canções. Houve também distribuição de balões às crianças presentes.

SALVATERRA DE MAGOS

No dia 23 realizou-se no Cine Conde d'Arcos em Salvaterra de Magos, uma sessão de teatro de que foram protagonistas os Pioneiros locais. A sessão foi um êxito, apesar de ser a primeira vez que os jovens actores pisavam o palco. Houve ainda palhaços, canções e bailado.

fizeram naquele Centro de Trabalho uma banca onde venderam muitos artigos feitos por eles e alguns oferecidos pelos Pioneiros Soviéticos, realizaram no dia seguinte uma visita de estudo à Voz do Operário, onde está patente uma exposição de livros infantis.

No regresso, os Pioneiros vieram a pé desde A Voz do Operário até ao Centro Vitória, o que foi para eles uma outra visita de estudo — conhecer de perto uma das zonas antigas desta cidade tão linda que se chama Lisboa.

FESTA NOS OLIVAIS

O núcleo dos Olivais dos Pioneiros de Portugal efectua no próximo dia 29, pelas 16 horas, na Sociedade "Os Pobrezinhos", nos Olivais, a sua festa de Natal. Através do "Avante!" convidam todas as crianças a lá aparecerem para assistirem ao espectáculo, que contará com a participação de Barata Moura.

NA MUSQUEIRA

Por seu turno, o núcleo da Musqueira dos Pioneiros de Portugal realiza também no dia 29, pelas 16 horas, no Centro Social da Musqueira Norte, a sua festa de Natal. As

VISITA DE ESTUDO

Os Pioneiros do Centro Vitória, que no passado dia 20

FAREMOS AS SEMENTEIRAS NAS EMPRESAS NACIONALIZADAS!

Prossegue por todo o País a preparação da Conferência das Organizações do PCP para a Dinamização do Sector Nacionalizado

As Direcções Regionais da organização do PCP em todo o País continuam empenhadas na preparação da Conferência Nacional para a Dinamização do Sector Nacionalizado. Distribuíram-se tarefas, criaram-se grupos de trabalho e houve reuniões de planificação em todas as DORs com vista a acelerar o trabalho em todos os sectores.

Depois das 14 reuniões sectoriais realizadas recentemente em Lisboa e Coimbra, com camaradas de todo o País, prosseguem as discussões à volta dos documentos-base e a recolha de materiais para a Conferência prevista para inícios do próximo ano. Numa ronda pelas Organizações Regionais do Partido no continente (Lisboa, Setúbal, Oeste e Ribatejo, Norte, Beira e Algarve) o "Avante!" verificou o funcionamento

importantes. Ao mesmo tempo, estuda-se o esquema geral do funcionamento da Conferência, os temas gerais a tratar e as empresas que nela participarão.

Está já assegurada uma sólida base de trabalho. Mas há ainda muito para fazer. Nenhum militante do Partido pode considerar a preparação desta iniciativa como tarefa secundária. O trabalho a nível das empresas e dos sectores tem de avançar em todo o País. Cada vez mais, a defesa das nacionalizações o exige. Trata-se de consolidar uma formação económica que a Constituição considera irreversível, mas que está sujeita às manobras e às ambições dos monopolistas. Trata-se de consolidar as nacionalizações das empresas que estavam em seu poder. Este objectivo, que é um

ligada às outras conquistas dos trabalhadores, com relevo para a Reforma Agrária.

É a altura de começarem os plenários de empresa, as reuniões ampliadas e abertas. A ordem de trabalhos deverá incidir na apresentação de projectos de intervenção, intervenções sobre temas concretos e contribuições ao debate.

Nas últimas reuniões sectoriais com camaradas de todo o País insistiu-se nos objectivos da Conferência e fez-se, na generalidade, um balanço do trabalho já realizado nos seguintes sectores: energia, cimentos, indústria química, metalomecânica, transportes, banca, seguros e indústria naval. Só pela simples enumeração dos sectores, ainda provisória, se pode ver o alcance desta iniciativa do PCP e o âmbito larguíssimo da mobilização exigida.

terão de ser vistos ao nível das empresas. É por aí que deve continuar a ser ganho o interesse dos trabalhadores pela Conferência.

Ao anunciar publicamente esta iniciativa que interessa a todo o País, na via da autêntica recuperação económica nacional, o nosso Partido frisou que "a campanha e as manobras que o grande capital e os seus agentes políticos actualmente desenvolvem contra as empresas nacionalizadas têm como objectivo comprometer a sua viabilidade económica, causar o descontentamento dos trabalhadores respectivos, abrir caminho para a entrega, embora anticonstitucional, das empresas nacionalizadas aos grandes capitalistas, como passo essencial para a restauração do poder económico e político do



A grande indústria, os transportes, os seguros e a banca, que foram domínio do grande capital explorador, necessitam hoje da defesa de todo o povo para que se mantenham na primeira linha da recuperação económica, como empresas nacionalizadas ao serviço do País.

de comissões a vários níveis, por empresas, sectores, concelhos e distritos.

Em Setúbal, há já responsáveis em 7 concelhos e em 21 empresas. Em Lisboa, na CP, 60 técnicos estão a dar a sua contribuição. No Algarve, foi constituída uma comissão distrital. Na região Oeste e Ribatejo, há responsáveis pela organização da Conferência em todas as empresas nacionalizadas. Em Aveiro, há um grupo coordenador. No Alentejo, está em preparação uma reunião a nível distrital alargada. Houve reuniões em Beja com camaradas da CP, da Rodoviária Nacional e mineiros de Aljustrol. No Porto há grupos de trabalho constituídos nos sectores da banca e dos seguros, e na UTIC.

Estaleiros de Viana e Portucel têm também grupos de trabalho, assim como os têxteis em Braga.

Trabalha-se intensamente para abranger os sectores nacionalizados mais

objectivo nacional, embora conte já com amplas adesões de trabalhadores e técnicos que não são do Partido, exige uma atenção e um trabalho cada vez mais activo e proveitoso da parte dos militantes comunistas mais ligados ao sector nacionalizado.

O tempo é escasso. O esforço não pode diminuir em lado nenhum. Um dos aspectos essenciais do trabalho a desenvolver deve incidir nas empresas. Os trabalhadores têm de ser mobilizados para uma tarefa imprescindível à defesa de uma das maiores conquistas da revolução, estreitamente

Mas desse âmbito não pode ser afastada a empresa. Pelo contrário, ela tem de ocupar o centro das atenções. Os trabalhadores têm de ver a sua contribuição nos resultados da Conferência. E um dos principais terá de incidir na melhoria da situação financeira das empresas nacionalizadas, pois é esse um dos pontos centrais das manobras e dos ataques directos da recuperação capitalista.

Para opor um dique cada vez mais forte a essas pretensões do grande capital teremos de travar também a batalha da reconversão. Os problemas

capitalismo monopolista".

Estas ameaças concretas não podem ser descuradas. Todos os esforços, toda a mobilização para a Conferência, devem tê-las em conta, pois "é de interesse fundamental para os trabalhadores, para a economia nacional e para o regime democrático que as nacionalizações sejam defendidas contra quaisquer tentativas directas ou indirectas da sua destruição ou reprivação das empresas".

REUNIÃO NA PÓVOA DE SANTO ADRIÃO

A Comissão de Freguesia da Póvoa de Santo Adrião do PCP convoca todos os militantes daquela região para uma reunião a realizar no próximo dia 11 de Janeiro, pelas 21 horas, no Centro de Trabalho, na Rua D. Afonso Henriques, Lote 64, garagem, a fim de ser debatido o ponto único da ordem de trabalho: Informação e discussão da situação política.

CINEMA CUBANO

A Associação Portuguesa-URSS promoveu um ciclo de cinema cubano dedicado ao próximo Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, a realizar em 1978, em Havana, capital da República Socialista de Cuba.

Integrados naquele ciclo, foram exibidos anteriormente, e ontem, respectivamente, os filmes "Memórias do subdesenvolvimento" e "Cantata do Chile".

Hoje, a partir das 21 e 30, será apresentada a película "Rio Negro".

Para os interessados, aqui fica a morada da Associação: Rua de S. Caetano (à Lapa), n.º 30, Lisboa-3.

NOVIDADE

CLASSES ESTRATOS E PODER

de Włodzimierz Wesolowski

Classes estratos e poder

de Włodzimierz Wesolowski

UMA ANÁLISE CIENTÍFICA DA EVOLUÇÃO DAS SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS

Novo Curso Editores

CD a distribuição

Comunistas de Beja em Assembleia

REFORÇAR A ORGANIZAÇÃO
AVANTE PELA REFORMA AGRÁRIA

Reuniu-se, no passado dia 18, Domingo, a 1.ª Assembleia Concelhia de Beja, do PCP. A Organização elegeu os seus delegados, 198, que participaram activamente nos trabalhos que tiveram lugar na Escola Industrial e Comercial daquela cidade alentejana. Também se encontravam presentes cerca de 400 convidados.

Na mesa que dirigiu os trabalhos estavam o camarada Joaquim Gomes, do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central, Diniz Miranda, suplente da Comissão Política, membros da DORA e da Comissão Concelhia cessante.

O relatório sobre organização, um dos muitos documentos que foram lidos e aprovados pelos delegados, debruça-se sobre as condições em que cresceu e se estruturou a organização depois do 25 de Abril, analisando as vitórias e os erros.

O liberalismo e o associativismo por um lado — sublinha o relatório — e o dirigismo e autoritarismo por outro, influenciaram de forma negativa a actividade do nosso Partido, principalmente no período de arranque. A discussão plenária improvisada sobrepuja-se ao trabalho de organização e estruturação na base de todos os militantes e a todos os níveis locais e sectoriais, dificultando a organização colectiva dos militantes e dos novos membros que vinham aderindo ao Partido.

Mas, apesar de todos estes problemas — diz mais adiante — foi com alguns destes militantes e com os que hoje constituem a Comissão Concelhia cessante nesta primeira

assembleia que a vida orgânica começou a tomar forma, pelas tarefas realizadas no decorrer de mais de três anos e meio de actividade. O relatório analisa seguidamente os números, apontando onde as insuficiências demonstram a necessidade de reforçar o trabalho. E, mais adiante, refere que a actividade do Partido, viva em todas as freguesias, contribui para abertura dos 13 Centros de Trabalho de todo o concelho, havendo hoje a perspectiva de resolver o problema de falta de centros na Trindade, em Mombeja, Boavista, Neves e São Brissos.

O relatório, depois de apontar as medidas que irão possibilitar um melhor trabalho político no concelho, termina anunciando que mais 418 novos militantes, inscritos desde o princípio da Campanha «Promoção das Conquistas de Abril» vão participar desse trabalho!

DUAS
PREOCUPAÇÕES
FUNDAMENTAIS

Intervenções dos sectores e das freguesias irão depois preencher o tempo que durou a Assembleia. O organismo do Comércio e Serviços apresentou um relatório fazendo o historial das suas actividades e da sua própria formação. Estamos no Alentejo da Reforma Agrária.

Mas estamos num concelho, o de Beja, onde todas as actividades de uma cidade suscita, se encontram representadas.

Significativamente — diz entretanto o documento — foi a Reforma Agrária a primeira preocupação do nosso Organismo. Com efeito, a primeira tarefa que imaginámos foi a de prestar apoio contabilístico e de Previdência às UCP's e Cooperativas.

Esta preocupação de acorrer à tarefa mais importante do momento na região onde a mais profunda conquista da revolução de Abril se processou é comum a outros sectores. Por exemplo os metalúrgicos. Na tese apresentada à Assembleia os metalúrgicos comunistas do concelho de Beja afirmam, depois de relatarem os esforços dos operários daquele sector no trabalho sindical:

Têm os trabalhadores metalúrgicos da cidade, como os seus camaradas, vindo a dar o seu contributo nas UCP's e Cooperativas, lutando intransigentemente contra os seus inimigos de classe, os grandes agrários e capitalistas, absenteístas, estando na disposição de se unir cada vez mais frustrando assim os seus desígnios de domínio sobre os trabalhadores e explorados deste país.

Esta preocupação — a de,

ajudar na tarefa grandiosa que é a Reforma Agrária — é a dominante nos trabalhos da Assembleia, assim como a de realizar um esforço de organização que possa suprimir as insuficiências até hoje verificadas.

Outra ainda é a do trabalho sindical, no qual os comunistas empenham as suas forças, como se verifica pela intervenção que os comunistas da Construção Civil produziram, sublinhando os êxitos e apontando o caminho da sindicalização a mais e mais trabalhadores.

Por seu lado os bancários anunciam, depois de relatarem o trabalho desenvolvido, que a Conferência Nacional sobre a dinamização do sector nacionalizado está a suscitar o interesse e pronta colaboração de bancários democratas e sem partido, considerando que esta iniciativa será um útil instrumento de trabalho que — diz — constituirá nos nossos locais de actividade, para a defesa das nacionalizações, do controlo de gestão, apoio à Reforma Agrária, em resumo, para a consolidação da democracia rumo ao socialismo.

Relatórios sobre o trabalho de cooperativas de consumo, sobre o ensino, pelos professores comunistas, sobre a saúde, pela respectiva célula, sobre sindicalismo, sobre o trabalho nas autarquias, sobre a situação do pequeno comércio, eis alguns dos tratados apresentados.

A REFORMA
AGRÁRIA

A Reforma Agrária teve, como é natural, lugar de destaque.

As dificuldades são imensas — afirmou o relatório à Assembleia — são os problemas de organização, problemas de produção, a carência de apoio técnico, problemas de administração, são os problemas derivados do corte de crédito para salários e investimentos, problemas de comercialização e escoamento de produtos, são as reservas ilegais, as devoluções de terras aos agrários, é a entrega de centenas de hectares a antigos criados e guardas florestais, é a estatização, umas vezes forçada, outras utilizando a chantagem sobre os trabalhadores de herdades, Cooperativas e Unidades Colectivas, são os espancamentos, prisões e julgamentos dos homens, mulheres e jovens que se afirmaram e afirmam na intransigente defesa da Reforma Agrária.

Nestas condições adversas a acção organizada dos trabalhadores tem conseguido até hoje travar a destruição da Reforma Agrária.

O relatório refere mais adiante que, apesar de

a grande maioria das UCP's e Cooperativas do concelho se encontrarem ligadas ao partido através de militantes organizados, algumas há que não têm qualquer ligação. E adverte:

Isto deve-se em parte à actividade do extinto MUC. Mas deve-se também em parte ao sectarismo de alguns camaradas que trabalham nas UCP's e Cooperativas. O sectarismo não os tem deixado compreender que é necessário falar com os trabalhadores das cooperativas em termos muito sensatos de molde a fazer-lhes ver que as promessas do CRRA não passam de promessas, de molde a fazer-lhes ver que a acção do CRRA só tem um fim: dividir os trabalhadores para assim melhor e mais facilmente destruir a Reforma Agrária. Não é por acaso que os agrários têm tido nessas cooperativas mais facilidade a recuperação agrária. O sectarismo tem levado trabalhadores de diversas herdades às desanexações e consequente afastamento das suas organizações de classe. Neste campo, mercê de um grande esforço, há avanços significativos e, pouco a pouco, esses trabalhadores regressam às suas organizações de classe. Já vemos esses a participar nas acções de massas levadas a cabo no distrito contra a política do MAP e ex-Governo do PS. Há que continuar este esforço até unirmos totalmente estes trabalhadores aos restantes da Reforma Agrária.

Depois de apontar as formas de organização partidária que melhor possam resolver os problemas que se põem aos trabalhadores e à Reforma Agrária, salientando as dificuldades em que esta se debate, atingida pela política reaccionária do MAP de Barreto e Portas, o relatório termina:

Todavia os trabalhadores têm dado provas de serenidade e confiança na sua luta. Este ano já conseguiram o plano dos 250 mil hectares de terras semeadas com as sementes de Inverno tal como foi traçado na 2.ª Conferência da Reforma Agrária.

Também os pequenos agricultores, seareiros e reendeiros comunistas apresentaram um trabalho, no qual assinalam as suas dificuldades e o esforço de organização que é necessário para vencê-las.

Lidos e aprovados os relatórios, foi eleita a nova Comissão Concelhia, por unanimidade. Composta por 32 camaradas, sendo 13 operários industriais e agrícolas, um camponês, 11 empregados, 3 intelectuais e 4 com várias outras origens, a nova Comissão conta com 7 mulheres.



A fronteira do Centro de Trabalho da Horta

Na Horta

RECONSTRUÍDO O CT
24 HORAS DEPOIS
DO INCÊNDIO CRIMINOSO

O incêndio criminoso que na noite de quinta-feira passada destruiu, parcialmente, o Centro de Trabalho do PCP na Horta, só não atingiu maiores proporções devido à actuação pronta dos bombeiros e da ajuda voluntária da população que, espontaneamente, se pôs ao lado dos militantes e simpatizantes que imediatamente acorreram ao local do atentado.

O Centro de Trabalho na Horta, o único que o PCP mantém em funcionamento na Região Autónoma dos Açores após a vaga de atentados terroristas promovidos pela reacção em 1975, foi inaugurado em 25 de Abril deste ano. Quinze dias depois era alvo de um atentado à bomba e que o «Avante!» na altura noticiou. Passado pouco tempo a reacção tentava aliciar a população para destruir por completo o Centro de Trabalho e marcava a data de 6 de Julho.

Mas o povo e os

que ultimamente vinham a ser feitas.

Deste modo, um engenho incendiário foi introduzido pela clarabóia do sótão da residência onde funciona o Centro de Trabalho. Pelo facto da construção ser de madeira o incêndio propagou-se rapidamente e grande parte do recheio, livros, móveis e outros utensílios ficaram perdidos, estimando-se o total dos prejuízos em cerca de 200 contos.

Determinados, em reconstruir o Centro o mais depressa possível os militantes e simpatizantes lançaram mãos à tarefa. Surgiram apoios inesperados, tanto em ofertas de dinheiro como em trabalho. Ao fim de 24 horas as telhas calcinadas tinham sido substituídas por placas de lusalite, as paredes eram pintadas e procurava dar-se ao interior um aspecto mais aceitável. Presentemente, o Centro de Trabalho está aberto como se nada se tivesse passado.

Magro se deslocou aos Açores em princípios de Novembro.

No entanto, na Horta, a actuação decidida da PSP impediu a tentativa esboçada de boicote quando do comício efectuado e o mesmo sucedeu no Pico, face ao grande apoio prestado por militantes socialistas.

A propósito do recente atentado, a SIP do PCP difundiu, horas depois do sucedido, um comunicado onde referia a probabilidade da origem criminosa do incêndio, salientando mais adiante que o PCP reafirma que na presente conjuntura nacional mais e mais se impõe uma firme atitude de combate às violências, atentados e provocações reaccionárias e de intransigente defesa da ordem e da legalidade democrática.

O PCP sublinha — prossegue o comunicado — que uma tal atitude é indispensável para que a reacção perca de vez as ilusões de, através da

Assembleia Concelhia de Portimão

CONHECER PARA TRANSFORMAR

Transformamos melhor aquilo que conhecemos. E o nosso objectivo é transformar. Transformar este País, esta terra, numa sociedade melhor.

Estas palavras do Relatório de Comissão Concelhia de Portimão da Organização do PCP sintetizam todo um plano de trabalho que tem vindo a ser resolutamente desenvolvido pelos órgãos locais do PCP neste concelho algarvio, um dos de maiores potencialidades económicas da região. A estrutura da população activa — lê-se no Relatório da Comissão Concelhia do PCP do concelho de Portimão coincide com a distribuição que se verifica nas zonas economicamente desenvolvidas. O sector com maior número de activos é o dos serviços (43,4%), seguido de indústria (33,6%) e do primário (agricultura e pesca) com 23%. É no distrito, o concelho com melhor estrutura da população activa, incluindo-se no mesmo tipo, Faro e Vila Real de Santo António. Temos assim, (em referência a 1970), que 2475 pessoas se empregavam na agricultura, 3550 na indústria e 4595 nos serviços. Os ramos de actividade com maior peso eram a hotelaria com 3085 trabalhadores, as indústrias alimentares, (sobretudo conservas de peixe), com 2303 trabalhadores, construção civil com 1702 trabalhadores, pesca com 780 trabalhadores, comércio com 562, oficinas de reparação com 316 e função pública com 450. No total das 838 empresas, 503 empregam menos de 10 pessoas e 17 mais de 100. Situa-se no ramo da hotelaria (7), das conservas (6) e da construção civil (3) e que poderemos chamar grandes empresas à nossa escala, as com mais de 100 trabalhadores.

É desta população trabalhadora que saem os quadros do PCP, nela que se recrutam os militantes do Partido cujo número vem aumentando num ritmo seguro, tanto mais se tivermos em conta que nas vésperas da revolução de Abril, a organização do PCP no concelho se encontrava enfraquecida por vagas repressivas. Mas o enraizamento do PCP nas massas trabalhadoras particularmente depois do quinquénio de 1945-1950, (nesta data, em plena clandestinidade nas 222 fábricas de conservas existentes existiam células do Partido), tem constituído uma sólida base para o reforço que se observa na organização concelhia de Portimão do PCP.

LIGAÇÃO
AS MASSAS

Testemunho deste crescente enraizamento do

PCP nas massas trabalhadoras foi a participação das diversas células na Assembleia da Organização Concelhia do PCP, célula dos Pescadores, comissão de freguesia da Mexilhoeira Grande, célula dos Reformados, célula da Cooperativa de Trabalhadores da Construção Civil "16 de Novembro", célula da Embamar, empresa de conservas, célula da Torralta, empresa turístico-hoteleira, da organização das 26 colectividades, (4 Comissões de Moradores, 3 Cooperativas de Consumo, 3 Cooperativas de Produção e Habitação, 1 Cooperativa de Taxis e 15 Sociedades de Cultura e Recreio), célula das mulheres, célula dos Serviços Municipalizados, célula da freguesia do Alvor, Comissão de Trabalho dos Pioneiros, células da Construção Civil, célula do Hotel Algarve, célula da empresa Judice Fialho, célula dos Ferroviários, célula de Trabalhadores da TAU, empresa da construção civil.

Acrescentem-se as

intervenções de quadros e Comissões do Partido sobre as empresas intervenções, sobre o trabalho no campo do desporto, sobre Comissões de Moradores, sobre Cultura, sobre o Sector Sindical, sobre Fundos, sobre Informação e Propaganda, sobre a política de Turismo e Hotelaria, sobre o trabalho em Autarquias e ainda a intervenção da UJC e ter-se-á uma ideia do grau de profunda participação dos representantes da vanguarda da classe operária e dos trabalhadores nesta Assembleia que, pelo rigor dos trabalhos pode ser considerada praticamente uma conferência económica a nível local, um exemplo de organização de uma assembleia partidária, uma demonstração prática de como conscientes de que "para transformar é preciso conhecer", os comunistas, enraizados na realidade do seu país, agem nela de modo a construir um futuro melhor numa sociedade democrática e livre.

Ford Lusitana (Azambuja)

«HÁ QUE TRABALHAR MAIS E MELHOR»

Com a presença de 33 delegados e de vários convidados, realizou-se a 1.ª Assembleia da Organização da Célula da Ford Lusitana da Azambuja. Nesta realização, que se saiu numa vitória da organização do Partido no concelho da Azambuja, participaram os camaradas António Brito, membro do CC do PCP, e Martins Coelho, da DORL. A leitura do Relatório de Actividades do secretariado cessante abriu a ordem dos trabalhos, nele se abordando a história da constituição da célula da Ford e outras questões do seu trabalho como a participação na Conferência Económica, o apoio à Reforma Agrária, o controlo de gestão, o movimento sindical, comissões de trabalhadores, trabalho nas autarquias locais e comissões de moradores, problemas da organização e estruturação da célula. A aprovação, por unanimidade, do Relatório seguiu-se a eleição do novo secretariado da célula, constituído por 13 trabalhadores da Ford e organizado com base nos núcleos da empresa, o qual foi igualmente aprovado por unanimidade. A finalizar os trabalhos, interviu António Brito, do CC, que fez uma profunda exposição sobre o trabalho das células do PCP nas empresas e a análise geral à situação político-social e às posições do Partido na presente crise económica

e política que o País atravessa. Ainda, integrando-se na realização da assembleia da célula, teve lugar um almoço-conívio noutra localidade do concelho, o qual foi aberto à população e aos trabalhadores da Ford, no qual participaram mais de 300 pessoas, e actuou o trio "A Luta Continua".

MELHORAR
O TRABALHO
REFORÇAR O PCP

"A Célula da Ford foi criada em 1974, a partir de um pequeno núcleo de trabalhadores, alguns dos quais já marcados pela luta contra o fascismo. Muitos foram os trabalhadores que se inscreveram na nossa organização. Em poucos meses tínhamos atingido um número de militantes sete vezes maior que o inicial. Éramos uma força organizada e depressa fizemos sentir a nossa influência na fábrica a todos os níveis. As lutas na empresa pelo saneamento dos fascistas e pides, pelo aumento de salários, pela melhoria das condições de vida e de trabalho, foram desde então sempre conduzidas ou fortemente influenciadas pelos comunistas, que directamente através da sua participação nos organismos representativos dos trabalhadores, quer indirectamente através da sua actividade na célula", lê-se no Relatório de Actividades. Analisando esta

actividade da célula, os comunistas da Ford concluíram que certas deficiências verificadas no seu trabalho foram devidas à falta de solução dos seguintes problemas: "as ligações nas fábricas continuarem difíceis, pois os ritmos de trabalho bastante intensos e a superfície apertada não as permitiam; a distância entre o local de trabalho e o local de residência, os horários rígidos dos transportes, a acumulação de trabalho (fábrica/campo); alguns trabalhadores da Ford trabalham a uma pequena coreia) de alguns camaradas, igualmente, não permitia um contacto conveniente fora do horário de trabalho".

Dadas estas questões, decidiu-se recorrer a um novo sistema de organização, constituindo núcleos por locais de residência, esquema actualmente em funcionamento.

Com o objectivo de melhorar o nível de trabalho do Partido e de reforçar a organização, a assembleia decidiu que o Executivo do Secretariado agora eleito será formado por dois camaradas e nele serão centralizadas as responsabilidades das diversas tarefas, nomeadamente:

— Responder pela organização e funcionamento do sistema de vendas das publicações do Partido, fundamentalmente do 'Avante!' e do 'Militante', e do funcionamento dos núcleos.

— Responsável pela organização do trabalho sindical, das CTs e dos diversos aspectos da actividade da empresa e sector industrial.

— Responsável pela participação nos trabalhos da Concelhia e fundos.

— Responsável pela agitação e propaganda, pela informação e segurança.

Entre as grandes conclusões desta 1.ª Assembleia da Organização da Célula da Ford Lusitana da Azambuja destacamos o seguinte trecho do Relatório de Actividades:

"Quanto mais forte for o Partido, mais possibilidades teremos de conter o avanço da reacção e do fascismo que, mercê da política de cedências do Partido do Governo, se preparam no momento para o assalto ao poder. Não podemos, pois, abrandar a luta. Há que trabalhar mais e melhor. Há que reforçar o Partido, ganhando para as nossas posições os amigos que trabalham ao nosso lado. Para os ganharmos teremos nós próprios de estar ganhos e só o conseguiremos se participarmos activamente na vida da nossa organização, assistindo às reuniões do nosso organismo, recebendo a orientação do Partido, cumprindo a nossa tarefa."

"Só alcançaremos o Socialismo e o Comunismo se soubermos lutar por eles."



Jornal mural exposto regularmente na Av. do Porto da Horta (Faial)

trabalhadores açorianos assinalaram com a sua ausência o repúdio por tal acção de violência, pois sabem hoje que as calúnias que são atribuídas aos comunistas são verdadeiras sim, mas em relação aos caciques e aos exploradores da população dos Açores.

A reacção cada vez mais isolada — a prová-lo o imediato apoio da população local e, como nos afirmou o camarada José Magro, membro do Comité Central: «Eram muitas as caras desconhecidas que apareceram para ajudar na reconstrução!» — teve de recorrer ao terrorismo feito pela calada da noite, para poder cumprir as ameaças

O que permanece é a indignação da população pela actividade impune dos terroristas que por todos os meios, procuram suprimir as liberdades democráticas para assim poderem manter o privilégio da exploração sobre as classes trabalhadoras.

O atentado que agora se verificou culmina uma campanha de ameaças da direita reaccionária, que tem vindo a público, de que o fim do ano seria «quente». Com efeito verificara-se ultimamente um recrudescimento das acções terroristas em várias ilhas, nomeadamente com as ameaças de boicote e violência quando o camarada José

chantagem da desestabilização e da violência, poder travar ou impedir a busca de uma solução democrática para a crise ou pressionar no sentido de uma orientação comprovadamente de saístros e reaccionária.

Ao terminar o comunicado reafirma a solidariedade do PCP aos seus militantes da Horta, salientando que a sua determinação é reconstruir o Centro de Trabalho é um novo testemunho do seu inquebrantável propósito de prosseguir a luta pelo respeito pelas liberdades democráticas nos Açores.

A FORMAÇÃO IDEOLÓGICA TAREFA DE TODO O MILITANTE

TEMOS DE RESPONDER, NO CAMPO POLÍTICO E IDEOLÓGICO A TODAS AS QUESTÕES QUE SE COLOCAM ÀS MASSAS POPULARES, AOS TRABALHADORES E AO PAÍS.

A teoria marxista-leninista é a base ideológica da actividade do movimento comunista e operário internacional. É a doutrina que permite às forças revolucionárias encontrar a orientação correcta para interpretar e responder a todos os novos problemas colocados pela evolução social.

Marx e Engels elaboraram a teoria científica que enuncia as leis gerais do desenvolvimento da natureza, da sociedade, do pensamento humano e da transformação revolucionária da sociedade.

Marx e Engels transformaram o socialismo de utopia em ciência, criaram a doutrina do comunismo, tornando-se os guias gerais do proletariado internacional.

O que foram as suas vidas, como homens de ciência e revolucionários, o que foi o seu exemplo de permanente síntese da teoria e prática revolucionárias, é-nos dado de maneira acessível e esclarecedora em

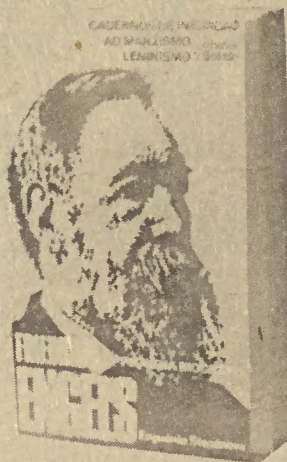
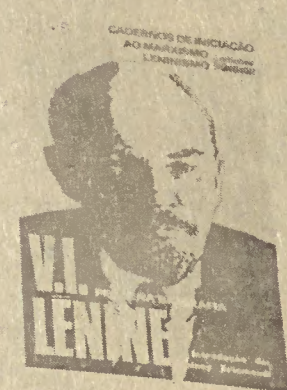
Karl Marx — Pequena biografia
F. Engels — Pequena biografia

das Edições "Avante!"

Entre as numerosas obras de Marx e Engels o MANIFESTO COMUNISTA é um livro básico. Nele apresentaram a síntese do seu trabalho teórico e com ele se deu um passo de gigante na elaboração do comunismo científico.

O apelo com que termina essa obra imortal "Proletários de todos os países, uni-vos!" passou a constituir a divisa de combate do movimento operário mundial.

As Edições "Avante!" apresentam a primeira tradução portuguesa do texto integral e original alemão, prefaciado e anotado por Engels.



A obra e doutrina de Marx e Engels tiveram depois em Lénine, o seu continuador directo. Marxista firme e consequente, Lénine desenvolveu o marxismo, enriquecendo-o de um modo extraordinariamente criador. Elaborou a teoria do imperialismo, criou a teoria da possibilidade da vitória do socialismo num só país, desenvolveu as bases científicas de estudo das vias e meios de passagem do capitalismo ao socialismo. A Lénine se deve ainda esse ensinamento riquíssimo e fundamental que foi a definição de um partido de tipo novo, o partido revolucionário da classe operária, o primeiro dos quais foi por ele fundado e dirigido: O Partido Bolchevique.

O marxismo-leninismo é a arma ideológica dos partidos da classe operária: os partidos comunistas e operários. As suas ideias vivem e manifestam-se nas realizações dos povos dos países socialistas, nos êxitos do movimento comunista mundial, da classe operária

internacional e das forças da libertação.

Por tudo isto o marxismo-leninismo é odiado, atacado, falseado e caluniado pela reacção; paralelamente tentam desvirtuá-lo, "actualizá-lo" ou "superá-lo". Neste combate ideológico sem tréguas, que traduz a agudização da luta de classes, tem que ser cada vez mais desenvolvida a preparação teórica dos revolucionários, de todos os que lutam pelo progresso e pelo socialismo.

Em Portugal, é a própria luta do dia a dia, a escolha da posição justa em face de uma situação concreta, a compreensão da correcção de uma linha política, o entendimento do erro dos pseudo-revolucionários, é tudo isto que se enriquecerá com o aprofundamento da nossa preparação ideológica.

Para um conhecimento cada vez maior do marxismo-leninismo as Edições "Avante!" editaram já, além das obras acima referidas, as seguintes:



TRABALHO ASSALARIADO E CAPITAL, de Karl Marx

Traduzido directamente do original e completado com a introdução de Engels à edição alemã de 1891.

A DOENÇA INFANTIL DO COMUNISMO: "O RADICALISMO DE ESQUERDA", de V. I. Lénine

Texto integral, com notas e índices de nomes.

DO SOCIALISMO UTÓPICO AO SOCIALISMO CIENTÍFICO, de F. Engels

Texto integral, traduzido directamente do original, completado com nota preliminar de Marx e prefácios e introdução do próprio Engels.

O SOCIALISMO CIENTÍFICO

Recolha de textos de Marx, Engels e Lénine, sobre o aparecimento do socialismo científico. Inclui uma introdução que caracteriza o desenvolvimento da teoria revolucionária e a situação actual.

OBRAS ESCOLHIDAS DE LÉNINE — 1.º volume

Este tomo inclui 21 obras escritas entre 1897 e 1916, de entre as quais destacamos QUE FAZER, UM PASSO EM FRENTE, DOIS PASSOS ATRÁS, DUAS TÁCTICAS DA SOCIAL-DEMOCRACIA, SOBRE O DIREITO DAS NAÇÕES À AUTODETERMINAÇÃO, O IMPERIALISMO FASE SUPERIOR DO CAPITALISMO.

À VENDA

DEZ DIAS
QUE ABALARAM
O MUNDO

Os dias decisivos da Revolução de Outubro, narradas pelo jornalista americano John Reed. Livro escrito por um homem, escritor e revolucionário, que assistiu e viveu, sentiu e compreendeu essa Grande Revolução Socialista, que ele próprio denominou «um dos maiores acontecimentos da História da Humanidade».



Esta obra, escrita e publicada em 1919 e que ficou célebre, tem sido ao longo dos anos um dos mais lidos e entusiasmantes documentos sobre a Revolução de Outubro.

Nela se escreve, se explica e se analisa não só os dias da Revolução, mas o contexto em que se inseriu. A lucidez e a verdade vão de braço dado com o entusiasmo e o vigor, porque John Reed, como corajosamente o afirmou, não era «neutral, tomara partido, o partido da Revolução».

Em relação a este livro Lénine escreveu: Foi com o maior interesse e sem que a minha atenção abrandasse um só momento que li o livro de John Reed. Recomendo sem reservas a sua leitura aos operários do Mundo inteiro. Eis um livro que gostaria de ver publicado em milhões de exemplares e traduzido em todas as línguas.

Passaram 60 anos sobre a Grande Revolução Socialista de Outubro; anos que representam séculos na História da Humanidade. Os operários e camponeses russos edificaram o primeiro Estado socialista do Mundo, e com ele abriram decisivamente as portas para o futuro radioso das classes trabalhadoras, dos explorados e oprimidos.



O trabalho preparatório do 1.º Congresso da UEC, que se irá realizar por ocasião do 6.º aniversário da sua fundação, tem marcado, desde há largas semanas, todas as iniciativas promovidas pelos estudantes comunistas de Norte a Sul do país

«A escola e a vida no caminho de Abril»

1.º CONGRESSO: ETAPA DECISIVA PARA O FORTALECIMENTO DA UEC

Tal como temos vindo a referir nas nossas últimas edições, decorrerá em 21 e 22 do próximo mês de Janeiro, em Lisboa, subordinado ao lema "A escola e a vida no caminho de Abril", o 1.º Congresso da União dos Estudantes Comunistas (UEC), cujo trabalho preparatório mobiliza, desde há largas semanas, centenas e centenas de jovens em todo o País.

Numa das frentes deste trabalho, o espírito combativo e a determinação revolucionária dos estudantes comunistas possibilitaram um grande avanço no reforço da UEC e um assinalável êxito político: a cerca de um mês do seu termo, foi alcançada a meta da campanha de recrutamento promovida no âmbito da actividade preparatória do Congresso — a aderência de 1500 novos militantes.

ORIENTAÇÕES CONCRETAS PARA A LUTA DOS ESTUDANTES

A juventude estudantil do Ensino Secundário, Médio e Superior (cerca de 480 mil jovens, ou seja, 20 por cento da população jovem do País) é um importante sector social, sujeito a graves preocupações, movendo-se entre duas sombras que lhe enegrecem o futuro: as injustas limitações no acesso ao Ensino e o desemprego.

A estes graves problemas vêm juntar-se aspirações incompletamente satisfeitas e que são, aliás, justos direitos e condições indispensáveis para uma vida sã, alegre e feliz: o acesso à cultura, ao recreio, ao convívio e ao desporto.

Os problemas que afectam os jovens coexistem, entretanto, com uma firme combatividade e determinação que levam a juventude, em particular a juventude estudantil, a organizar grandes movimentações de protesto e luta, integrando-se no movimento de massas que se opõe à política de direita e defende as conquistas do 25 de Abril.

INTENSIFICAR O TRABALHO DE ORGANIZAÇÃO DO CONGRESSO

Com a constituição de duas Comissões (Comissão de Redacção e Comissão Técnica Organizadora), iniciou-se, nos primeiros dias de Novembro, o trabalho de preparação do Congresso no plano central.

A Comissão de Redacção apoia o Secretariado da Comissão Central na elaboração dos documentos que as organizações vão recebendo para a dinamização dos debates preparatórios.

A Comissão Técnica Organizadora apoia-se em alguns grupos de trabalho: implantação e decoração do local do Congresso; serviços técnicos; segurança; serviços de alimentação; serviços de apoio aos delegados; etc.

Não é, porém, apenas no plano central que o trabalho preparatório do Congresso está a avançar. Ao nível das diversas organizações da UEC já se realizaram importantes iniciativas, que são valiosas contribuições para o Congresso, sendo de salientar a 1.ª Assembleia das Escolas Técnicas, Encontro dos Liceus de Lisboa, 1.ª Assembleia da Organização do Ensino Superior de Lisboa e 1.ª Assembleia do Ensino Superior de Coimbra, além de várias reuniões de quadros na região do Porto.

Entretanto, estão marcadas outras iniciativas em várias localidades do País, em especial reuniões específicas sobre o Congresso, onde serão definidas orientações para o trabalho de preparação: discussão dos documentos, eleição dos delegados, organização de excursões, propaganda, etc.

uma escola para a vida no Portugal de Abril



adere à UEC
promoção 1º co

Constituindo uma viragem na vida e actividade da UEC e contribuindo decididamente para a criação de uma verdadeira UEC de massas, o 1.º Congresso vai responder a questões essenciais ligadas à organização e ao trabalho de reforço da UEC e apontar orientações concretas para a acção dos estudantes comunistas.

Tal como sublinha uma das várias circulares distribuídas às organizações pelo Secretariado da Comissão Central da UEC, o Congresso deverá responder, por exemplo, às seguintes questões:

• O que falta ainda na acção da UEC para que ela seja capaz de atrair amplos e significativos sectores destes quase meio milhão de jovens?

• Quais as correntes de opinião e de interesse para que se orientam e que mobilizam esta enorme massa humana? Em que medida as propostas, a acção e as iniciativas da UEC não lhe respondem?

• O que está errado nas formas de organização da UEC e nas formas de propaganda das nossas ideias e propostas?

Mais adiante, refere a circular da CC da UEC: A resposta a estas perguntas (ou outras) não nasce de cabeças iluminadas. Exige-se um amplo debate dentro da organização e com as próprias massas juvenis. Exige-se que na preparação do Congresso se realizem reuniões de quadros, que sobre estes problemas relemtem situações concretas, apontem soluções e linhas de acção que permitam à UEC, no seu conjunto, traçar um melhor quadro da situação e definir uma nova orientação.

Independentemente da divulgação de materiais específicos do Congresso elaborados a nível central (cartaz, folhas informativas, etc.), existe desde já um amplo trabalho de propaganda a fazer utilizando os materiais da "Promoção 1.º Congresso" e outros que as organizações promovem. Para além disso, é necessário organizar mais iniciativas de carácter cultural e recreativo que divulguem o Congresso e a campanha de recrutamento.

A partir do próximo mês, vai intensificar-se o trabalho de propaganda através da difusão, por todo o País, do cartaz nacional do Congresso, que começará a ser distribuído às organizações a partir do dia 5.

Para além dos debates sobre os documentos apresentados pela CC, é da maior importância a organização, em cada célula (pelo menos), de participações próprias nos trabalhos preparatórios.

Em que consistem estas participações?

Qualquer grupo de militantes (encarregado pelo secretariado de uma célula ou por sua própria iniciativa) pode e deve transmitir à comissão organizadora do Congresso uma determinada perspectiva sobre a presente situação no Ensino ou na vida estudantil, juvenil ou da própria UEC, na escola onde estuda e milita ou na região onde vive; muitas destas contribuições (que deverão ser escritas) servirão de base a intervenções no Congresso.

ORGANIZAR EXCURSÕES

Em jornadas anteriores, particularmente no Encontro Nacional recentemente efectuado, tem-se notado

importantes dificuldades na mobilização de um grande número de camaradas para se deslocarem a Lisboa, nomeadamente das regiões do Norte e Beiras.

Muitas destas dificuldades surgem por obstáculos financeiros, que não são facilmente ultrapassáveis, e que afectam especialmente jovens do Ensino Secundário. Centenas de militantes da UEC têm ficado, desta forma, impossibilitados de assistir a importantes realizações de carácter nacional.

Como ultrapassar (ou ajudar a ultrapassar) esta grande dificuldade?

Organizando desde já excursões! E criando nas Direcções Regionais da UEC serviços de prestações que tornem mais suportáveis para a maioria das camaradas as despesas da vinda a Lisboa, sejam convidadas ou delegados.

"UM ENSINO PARA A VIDA NO PORTUGAL DE ABRIL"

Para os trabalhos de preparação do Congresso, foram elaborados quatro documentos principais, subordinados aos seguintes temas: "Um ensino para a vida no Portugal de Abril" (a crise do Ensino e as medidas necessárias para a vencer); "No caminho de Abril, é possível construir uma vida melhor e mais feliz para a juventude estudantil"; "A luta estudantil e o movimento associativo"; e "A UEC, vanguarda revolucionária da luta dos estudantes portugueses".

O primeiro destes documentos, que já foi distribuído às organizações, desenvolve, entre outros, os seguintes pontos: O Ensino retoma e acentua características elitistas, fechando-se à força renovadora da classe operária; o Ensino não corresponde às necessidades económicas e sociais do País; existe uma degradação geral e regressiva da qualidade do Ensino; o aparelho de Ensino não absorve os que querem estudar (análise da situação no Ensino Básico, Secundário e Superior); o Ensino no fascismo; o processo revolucionário no campo do Ensino; por uma escola para a vida no Portugal de Abril.

Apontando propostas e medidas concretas para a "nova política de Ensino enquadrada no projecto constitucional", o documento da UEC salienta que tal política deverá, "na presente situação", dinamizar a formação de quadros técnicos mais necessários ao País; travar o processo de

degradação da qualidade do Ensino; ajudar a conter a onda crescente existente de desemprego juvenil; facilitar e promover o acesso das classes trabalhadoras a todos os escalões do saber e da cultura; e facilitar a integração dos jovens diplomados na vida profissional.

A CONSTITUIÇÃO DA NOVA CC

No decorrer dos trabalhos do Congresso, os delegados aprovarão a "Declaração do 1.º Congresso da UEC", elaborada a partir dos documentos da CC, das propostas de alteração e de outras contribuições das organizações e dos militantes. O Congresso elegerá, também, a nova Comissão Central da UEC. Ultrapassando deficiências e debilidades, existentes na eleição das anteriores CCs, iniciou-se já, a nível nacional, um trabalho de levantamento de quadros, que, no entender dos organismos dirigentes das respectivas organizações ou de qualquer militante, tenham características e qualidades para serem chamados ao trabalho de direcção central. Como base nesta orientação, a CC actual elaborará uma proposta de nova composição para a Comissão Central, segundo critérios a discutir no decorrer dos debates preparatórios.

DELEGADOS E CONVIDADOS

Assistirão ao Congresso, que se realizará por ocasião do 6.º aniversário da fundação da UEC, 738 delegados, sendo 700 eleitos pelas organizações e 38 membros da Comissão Central actual. Daqueles 700, 350 serão eleitos pelas organizações do Ensino Secundário e Médio.

Os organismos dirigentes regionais devem estabelecer as formas mais correctas de eleição dos delegados.

Serão igualmente distribuídos numerosos convites a estudantes comunistas e de outras tendências democráticas.

Diversas organizações juvenis de esquerda, e de carácter unitário, estarão representadas no Congresso, que se realizará no Pavilhão dos Desportos.

Entretanto, já foram convidadas 26 organizações irmãs (de todos os países socialistas, das jovens nações africanas e de países capitalistas da Europa Ocidental, e ainda do Chile e Brasil), além da Federação Mundial da Juventude Democrática (FMJD) e da União Internacional de Estudantes (UIE).

Campanha de fundos

No âmbito da actividade preparatória do seu 1.º Congresso, jornada que requer uma grande mobilização de esforços por parte de todos os estudantes comunistas, a UEC promoveu uma campanha de fundos para as despesas do Congresso, a qual tem como meta a recolha de 500 contos.

Esta tarefa, que ainda não mereceu a devida atenção em certas organizações da UEC, é essencial para o pleno êxito do Congresso.

Há que alterar rapidamente esta situação, marcando, onde necessário, reuniões especiais para a criação de comissões de controlo e dinamização, que estimulem a realização de iniciativas para a recolha de fundos e definam metas.

Onde já estiverem constituídas estas comissões há que prosseguir um amplo trabalho de massas, apelando para a contribuição de todos os estudantes comunistas e de outras tendências democráticas, e ainda, de todos os camaradas e amigos do Partido e da UEC.

Mãos à obra, rumo aos 500 contos!

Concelho de Almada

DA POLÍTICA FASCISTA
À RECUPERAÇÃO DEMOCRÁTICA

Almada, «vizinha pobre de Lisboa», na ausência de um planeamento regional que originasse uma descentralização industrial com a consequente fixação das populações, transformou-se num dos muitos dormitórios da capital, onde os trabalhadores se amontoam em casas construídas com o único objectivo de obter o máximo rendimento pelos «magnates» que constituíam um dos principais sustentáculos do regime fascista.

A esses senhores, com a complacência das administrações locais, pouco importava que as escolas, creches e espaços livres quase não existissem. Assim a população de Almada passou de 71 mil habitantes em 1960 para os quase 170 mil actuais, dos quais 70% (115 mil) estão alojados no aglomerado urbano formado por Cacilhas, Almada e Cova da Piedade.

No concelho de Almada as carências habitacionais cifram-se em 11 mil fogos, o que afecta aproximadamente 32% da população residente, que presentemente «vive» nas seguintes condições: barracas e alojamento semelhantes — 1 200 famílias; em regime de sub-locação — 1 800 famílias; e 8 000 famílias em fogos super-lotados.

Para uma previsão de 240 mil habitantes em 1985 — o que corresponde a um aumento de 65 mil habitantes — e tendo em consideração os novos lares que entretanto se constituem, a que temos de adicionar as carências já existentes, estima-se em 30 mil o número de fogos necessários até ao final da próxima década.

Dentro deste panorama verifica-se que a construção privada baixou substancialmente após 1974, já que os investidores teriam entrado no campo da construção habitacional pois as condições pós 25 de Abril não lhes garantiam poder arrecadar os mesmos proventos a que se tinham habituado. Há, no entanto, que registar a construção de 1916 fogos em execução ao abrigo dos contratos de desenvolvimento feitos entre o FH e os investidores privados.

O Plano Integrado de Almada prevê, na sua 1.ª fase, a construção de 6 000 a 7 000 fogos de carácter social. A primeira sub-fase, 1 000 fogos, está já em conclusão, embora com relativo atraso, o que arrastará as sub-fases seguintes (2 000 e 3 000 fogos respectivamente).

Dos primeiros 1 000 fogos, 500 são destinados a desalojados da área do plano, e em relação aos restantes a Câmara de Almada oficiou o MHUC para que os mesmos se destinem a acudir a situações de emergência.

O recurso ao cooperativismo habitacional provou que, quando devidamente estruturado e apoiado pelo Estado, pode contribuir de forma significativa para a resolução do problema da habitação. No concelho de Almada existem duas cooperativas de habitação que têm recebido todo o apoio possível das gestões democráticas que têm estado à frente dos destinos do concelho. Há já algumas parcelas de terreno que foram declaradas de utilidade pública, estando as respectivas expropriações em fase de negociação entre a Câmara e os seus proprietários.

O custo de cerca de metade dos terrenos a expropriar está calculado em 12 300 contos, dos quais 8 500 serão pagos pela DGSU. Uma das grandes dificuldades com que

a Câmara de Almada se debate é a impossibilidade de contribuir com os restantes 3 800 contos necessários para completar o pagamento dos terrenos.

Paralelamente à falta de novas habitações, é muito elevado o número de casas que não têm o mínimo de condições de habitabilidade. Os senhorios alegam falta de capacidade financeira para não efectuarem os melhoramentos necessários.

Os mecanismos legais em vigor determinam que as Câmaras Municipais se substituam aos proprietários na efectivação das obras imprescindíveis a garantir as condições de segurança das habitações. Contudo, a falta de recursos financeiros da Câmara de Almada não tem permitido a solução desse problema. Com o objectivo de tornar essa dificuldade a Câmara solicitou já um

habitacional se poderá efectuar sem a aplicação duma política de solos que dê às Administrações locais a posse dos terrenos necessários à satisfação dos interesses das populações no sector da habitação, tanto através do sistema cooperativo, como pela autoconstrução ou qualquer outra forma.

Com os terrenos urbanizáveis, na sua maioria, na posse de entidades privadas, e não tendo as Câmaras Municipais capacidade financeira para proceder às expropriações necessárias, ficam os proprietários em condições de exigir o preço por metro quadrado que muito bem entendem.

Em face dos altos custos dos terrenos urbanizados, da existência de rendas de casa altamente especulativas e da não existência, no mercado da habitação, de fogos com



Nos primeiros 11 meses de gestão do actual executivo da Câmara de Almada foram lançadas obras, no campo do saneamento, no montante de 250 mil contos

e saneamento, está-se presentemente a desbloquear o que corresponde a cerca de 30 anos de desprezo por um sector fundamental para o bem estar da população.

Sendo o tempo normal de duração das canalizações de cerca de 15 anos, importa lembrar que a rede de Almada existe há cerca de 25 anos, a da Cova da Piedade há cerca de 30 e outro tanto sucedendo com a Trafaria e outras zonas do concelho.

o problema comum a Lisboa e concelhos limítrofes, o Governo projectou o abastecimento de água a Lisboa vindo do Castelo de Bode, com posterior ramificação para a Península de Setúbal pela Ponte de Vila Franca.

Sendo esta solução bastante morosa, vai ser iniciada a resolução do problema a nível regional com a abertura de furos na zona do Montijo, por ser um local que ainda admite essas aberturas. Graças à programação traçada pela Comissão Administrativa que geriu a edilidade de Almada durante os primeiros 32 meses da nossa revolução, foi possível ao Serviço de Água e Saneamento da Câmara de Almada ter em curso, ao fim de 11 meses de administração, obras de abastecimento e recolha de águas no valor de 250 mil contos.

Tal como para o abastecimento de água, também para o saneamento foi elaborado um estudo prévio em que se define o plano geral de obras que se recomendam para executar dentro dos próximos meses de administração, obras de abastecimento e recolha de águas no valor de 250 mil contos. Hoje o seu custo está já calculado em 330 400 contos.

Outras carências
não menos graves

Com utilização média de 20 anos, a maioria dos arruamentos do concelho de Almada, com algumas pavimentações calculadas apenas para veículos de peso ligeiro e médio, necessitam de total renovação. Este facto contribuiu grandemente para o agravamento do problema do tráfego e dos transportes.

As carências de equipamento escolar são igualmente um legado extremamente pesado, cifrado em 16 creches, 5 247 lugares para o ensino pré-primário, 3 684 para o ensino primário e 10 448 para o ensino preparatório e secundário. A inexistência, por outro lado, de um hospital devidamente dimensionado e equipado e duma rede de postos de medicina preventiva e curativa, definem o quadro das carências a nível da saúde.

A recolha diária de 200 toneladas de lixo é um problema para as estruturas municipais e, simultaneamente, uma situação muito sentida pela população.

No campo do equipamento desportivo, as necessidades estão calculadas em cerca de 45 ha. Actualmente existem apenas 2 ha de campos de jogos; 0,5 ha para o desporto infantil e juvenil (quando seriam necessários 20 ha); para jardins e espaços verdes há apenas 3 ha, em pequenos parques disseminados pela cidade, sendo a necessidade efectiva de 36 ha.

Movimento popular
— uma força criadora

O movimento popular tem sido uma força determinante no concelho de Almada. As colectividades, as cooperativas, as associações, as Comissões de Moradores, a Assembleia Popular e outras estruturas criadas são as



Após o 25 de Abril, e por iniciativa das Comissões de Moradores, foram inauguradas em Almada 8 creches-infantários

empréstimo de 10 mil contos, considerado o mínimo necessário para o arranque do muito trabalho que existe na recuperação dos fogos degradados. Até agora, e só muito recentemente, apenas foi concedida a verba de 2546 contos, o que é manifestamente insuficiente para a extensão do trabalho a realizar.

Política de solos
água e saneamento
básico

Nenhuma recuperação no campo

rendas de carácter social, muitos trabalhadores viram-se na necessidade de recorrer à construção clandestina como única forma de resolver o seu problema habitacional.

Presentemente está em estudo a recuperação de clandestinos nas zonas de Vale Figueira e Vale Fetal e nas zonas degradadas entre Marco Cabeço, Quintinhas e Aroeira. Esta recuperação conta com o apoio das populações locais organizadas.

No aspecto do abastecimento de água

No que respeita ao saneamento, o panorama não é melhor, dado ser usual o recurso a fossas sem o mínimo de condições, para já não referirmos a frequência com que o seu escoamento se faz para a via pública, pondo em risco a saúde da comunidade.

Na impossibilidade de efectuar mais furos de captação de água no aquífero da Península de Setúbal, a Administração que pós 25 de Abril dirigiu a Câmara de Almada alertou desse facto o Governo Central. Sendo

com focas e golfinhos!!!

A construção de piscinas na Parede (avaliadas em cerca de 16 mil contos); a eventual construção de uma marina; a recuperação (?) de praias (falando-se mesmo em praias privadas), são exemplos de algumas das opções consignadas no Plano.

Muito esclarecedor. A FEPU, responsável perante a população do concelho e com a responsabilidade que lhe cabe na defesa das camadas mais desfavorecidas da população, não pactuou nem pactuará com soluções antidemocráticas que visem repor métodos e interesses que nada têm a ver com o 25 de Abril — afirma-se no comunicado divulgado pela Frente durante a conferência de imprensa.

Malgrado as decisões da Assembleia Municipal de Cascais sobre o Plano e o Orçamento para 1978 — aprovado por 17 dos 32 membros da Assembleia — a FEPU reafirma a sua firme disposição de continuar a defender a participação activa e organizada da população na definição, resolução e defesa dos seus próprios interesses; na gestão democrática dos órgãos autárquicos e na luta pela correção das desigualdades conforme aponta a Constituição, ao serviço das populações mais necessitadas.

AUTARQUIAS
DE NORTE A SULÉ crime denfender
a Constituição senhor
Presidente?

Foram designados os vereadores da Câmara Municipal do Porto que exercerão as suas funções a tempo inteiro. De acordo com um estranho critério, foram nomeados dois vereadores do PS e dois do PPD. Todavia, de acordo com o estipulado na lei das Atribuições e Competências das Autarquias Locais, a edilidade portuguesa só pode ter três vereadores a tempo permanente, pelo que dois dos indicados exercerão as funções a meio tempo.

Interrogado acerca dos motivos que o levaram a preterir o vereador eleito pela FEPU, Manuel Andrade, o presidente da Câmara referiu que o não nomeara porque ele tinha votado contra uma decisão da Câmara em relação aos cartazes.

Afinal como é, sr. presidente? A maioria dos vereadores continua a violar o disposto no Art.º 37.º da Lei Fundamental da República e a sentença do Tribunal Municipal e vem agora o sr. presidente considerar como impedimento para a nomeação do vereador da FEPU o facto dele — desde a primeira hora — se ter mantido fiel à Constituição e tomar posição contrária a uma decisão fascizante?

Costuma dizer-se que «o mal não é errar, mas persistir no erro». É o que continua a suceder com a maioria dos vereadores da edilidade portuguesa, cuja decisão sectária, ilegal e inconstitucional, de cunho fascizante, visa limitar o exercício das liberdades democráticas reconquistadas em Abril de 1974. O que — como é bom de ver — não conseguirão, já que os trabalhadores, os democratas e o povo do Porto continuam e continuarão a exercer os seus direitos e a defender a Constituição.

O que não é, nem será, um crime. Antes é uma honra, e um dever.

Absentismo de eleitos
de direita entrava
trabalho da AF de St.º
Ildefonso

O normal funcionamento da Assembleia de Freguesia de Santo Ildefonso, no Porto, tem sido seriamente afectado pelo sistemático absentismo dos eleitos do PPD e do CDS às respectivas reuniões, o que já implicou a não realização de quatro das quinze reuniões convocadas. Esta atitude, que levou à perda de mandato para muitos eleitos daqueles dois agrupamentos políticos da direita, tem provocado entraves muito grandes à resolução dos graves problemas que afectam a população.

Tomando posição face a esta situação, o executivo da Assembleia de Freguesia, constituído por três eleitos do PS e dois da FEPU, divulgou um comunicado para denunciar tal procedimento e lamentar que não obstante as convocatórias legais e os telefonemas pessoais, esses elementos, fazendo tábua rasa dos votos que receberiam, nem assim participaram nos trabalhos da AF, boicotando, desta forma, o normal funcionamento desta autarquia, com manifesto prejuízo de todos os seus moradores.

Já depois da publicação do comunicado, realizou-se uma reunião da Assembleia de Freguesia, com a presença de um elemento do CDS que aprovou e tomou várias decisões, designadamente acerca do quadro de pessoal de um jardim infantil, cuja entrada em funcionamento foi atrasada de um mês, devido ao absentismo dos eleitos do PPD e do CDS.

Homenagem
a José de Castro

Por decisão da Câmara Municipal de Oeiras o nome de José de Castro, grande figura do teatro português e destacado militante comunista recentemente falecido, será dado a uma rua ou praça de Paço de Arcos, sua terra natal.

A escolha do local condigno para receber o nome do grande homem e actor que foi José de Castro foi entregue à respectiva Junta de Freguesia e à família do malogrado actor.

Assembleia Municipal
do Barreiro aprova Plano
e Orçamento para 78

A Assembleia Municipal do Barreiro, reunida no passado dia 23 do corrente, aprovou por maioria o Plano de Actividades e o Orçamento da Câmara e Serviços Municipalizados do Barreiro para 1978.

O Plano de Actividades agora aprovado (que iremos referir mais em pormenor no próximo número), está enquadrado, como se refere na nota introdutória do mesmo, no programa aprovado pela Câmara no início do mandato e que está a ser escrupulosamente cumprido, apesar das grandes dificuldades com que se debate a edilidade.

Dadas as limitações existentes — afirma-se — ter-se-ão de definir muito bem as prioridades na execução de obras e outras tarefas e, para isso, a discussão com as organizações populares e as Juntas de Freguesia é fundamental.

Durante a sessão da Assembleia Municipal foi igualmente aprovada, por unanimidade, uma moção que reflecte a preocupação daqueles responsáveis autárquicos pela inexistência de legislação sobre finanças locais, sem a qual o próprio plano de actividades não passa de um plano de intenções dada a impossibilidade de autofinanciamento do Município para resolver a maioria dos seus problemas.

Assim, a Assembleia Municipal, considerando que a completa institucionalização do Poder Local, o seu funcionamento eficaz, desburocratizado, em íntima ligação com as populações organizadas e a garantia de facto da autonomia administrativa e financeira das autarquias, libertando-as dos favores e desfavores do Governo central, não é possível sem a publicação de uma lei democrática de finanças locais, decidiu manifestar a sua profunda preocupação por tal situação e insistir junto dos órgãos de Poder, particularmente a Assembleia da República, no sentido de serem tomadas medidas concretas, que conduzam à urgente publicação de uma lei de Finanças Locais que permita a satisfação efectiva das necessidades das populações e dê cumprimento ao Art.º 240 da Constituição.

CASCAIS: A FEPU NÃO PACTUA
COM SOLUÇÕES ANTIDEMOCRÁTICAS

A Assembleia Municipal de Cascais, reunida no passado dia 15 de Dezembro, discutiu (?) e votou na generalidade e na especialidade — em menos de três horas — os Orçamentos da Câmara e dos Serviços Municipalizados e discutiu (?) e votou na especialidade os planos anuais de actividade da Câmara e dos Serviços Municipalizados para o ano de 1978.

Os importantes documentos foram aprovados pelo PS, PSD e CDS, com a abstenção da FEPU, segunda força política mais votada no concelho.

As razões da posição assumida pela FEPU perante tão importante matéria e a análise dos citados documentos foram os principais temas da conferência de imprensa realizada no passado dia 20 pela Comissão Coordenadora da FEPU do Concelho de Cascais.

Demonstrando como todo este processo foi viciado desde o início, os elementos da FEPU deram a conhecer que o Plano de Actividades e o Orçamento foram elaborados por um grupo restrito de vereadores (em que não participaram) e que, para além disso, os projectos para discussão e aprovação só lhes foram entregues com dois dias e meio de antecedência.

Mas as irregularidades não ficaram por aqui. Sendo, como recorda a FEPU, o Plano e o Orçamento instrumentos fundamentais que orientam e definem a política camarária no respeitante à gestão do município e à satisfação das necessidades da população do concelho em equipamento social indispensável à melhoria das condições de vida, nomeadamente a habitação, água, esgotos, energia eléctrica, estradas, escolas, transportes, saúde, cultura, desportos, etc., não se compreende nem se pode admitir que tais documentos sejam elaborados sem a colaboração activa da população através dos seus órgãos representativos.

A Câmara Municipal de Cascais não só não recorreu a essa colaboração como se antecipou aos planos anuais de actividades e orçamentos das Juntas de Freguesia, que não foram ainda aprovados nas respectivas assembleias, com excepção de S. Domingos de Rana. E mesmo os documentos aprovados nesta última freguesia não foram tidos em conta pela Câmara Municipal no Plano de Actividades do Município.

Como se tudo isto não bastasse, a Assembleia Municipal de Cascais, recusando uma proposta da FEPU para que a sessão se

prolongasse por mais três dias a fim de permitir a discussão com o grau de profundidade que a responsabilidade das decisões implicavam, impediu a discussão clara e aberta aprovando a proposta do PS limitando a cada membro uma única intervenção de dez minutos para tratar na globalidade os assuntos em discussão.

Ignorando completamente as carências e os interesses da população, os documentos aprovados são um verdadeiro exemplo dos objectivos de classe que os aprovaram — a recuperação capitalista também a nível das autarquias.

«Despedindo» por um lado o SAAL e não prevenindo por outro lado a construção de habitação social (a não ser duzentos fogos, a médio prazo); não fazendo a mínima referência ao problema dos transportes (um dos mais graves do concelho); ignorando por completo a existência no concelho de vários bairros e zonas sem água canalizada nem infra-estruturas mínimas — o Plano preocupa-se muito em privilegiar a iniciativa privada, em fomentar o turismo de elite, em ignorar inclusive decisões já tomadas por outros órgãos autárquicos, como é o caso do Jardim da Parada, agora destinado a Museu do Mar,

Bomba de neutrões

A URSS NÃO SERÁ ESPECTADOR PASSIVO

Numa recente entrevista ao “Pravda”, o camarada Leonid Brejnev, secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética, referiu diversos problemas internacionais, e salientou a questão candente do fabrico da bomba de neutrões, reafirmando a oposição da URSS à sua produção, o apoio a todas as forças que protestam contra esta bomba, contra o novo passo na escalada armamentista que ela representa. Brejnev reafirmou também a proposta de renúncia mútua à produção da bomba de neutrões.

Esta proposta de renúncia mútua tem um significado muito claro, que aliás foi explicitado no decurso da entrevista ao “Pravda”: a URSS não é nem será um espectador passivo. Se das fábricas de guerra norte-americanas as bombas de neutrões começarem a sair em série, para serem armazenadas na Europa com um objectivo que a NATO se compraz em especificar claramente — a URSS —, a ciência e a técnica soviéticas não ficarão naturalmente na expectativa dos acontecimentos, sujeitando os povos dos países socialistas a uma ameaça permanente: também a URSS produzirá então as suas bombas de neutrões. Não em nome da guerra, mas em nome da paz. De qualquer forma, uma elevação, não desejada, no

nível da corrida aos armamentos, uma delapidação de recursos, um atraso na construção da sociedade comunista, que não interessa nem pode interessar aos povos vivendo o socialismo, que só interessa aos industriais da morte, alojados no Pentágono, empenhados em alimentar uma política agressiva da Casa Branca.

A posição da URSS e da comunidade socialista e a posição do imperialismo e da NATO em relação ao problema da paz, são radicalmente diferentes e opostas. Isso é claro em todos os momentos da vida internacional, mesmo quando se multiplicam esforços para camuflar essa realidade.

Em Belgrado, onde está em causa o debate da paz e da segurança da Europa na sequência da carta de

Helsinquia, podemos dizer que se desenvolveram duas linhas gerais de acção concretizadas em duas propostas: a dos EUA e dos nove que, num desvio aos objectivos fundamentais da Conferência, avança na pretensa defesa dos direitos humanos, que os países socialistas naturalmente rebaixaram, tão mais facilmente quanto estão incomparavelmente mais bem colocados para os defenderem; a proposta da União Soviética, apoiada pelos outros países socialistas, em que se prevê um conjunto de acções concretas conducentes a um compromisso de não tomar a iniciativa no emprego de armas nucleares, não ampliar os blocos militares existentes, estabelecer medidas de confiança mútua no plano militar, determinar uma forma de consulta sobre

todos os problemas. A proposta soviética, os países da NATO não argumentaram, responderam simplesmente — não. Porquê?

Como foi salientado em Belgrado, “é um verdadeiro paradoxo que a questão do exercício dos direitos do homem seja utilizada para atrasar a aproximação entre os povos da Europa e a criação de condições de paz e de segurança”. A política do imperialismo está recheada destes paradoxos.

O orçamento da URSS, recentemente discutido pelo Soviète Supremo, mantém as mesmas verbas para a defesa — isto apesar do esforço que a corrida aos armamentos encabeçada pelo imperialismo eventualmente poderá vir a impor. O orçamento militar norte-americano atingiu o “record” de cinco mil milhões de contos (durante a campanha eleitoral Carter tinha prometido um corte nas despesas militares da ordem dos 5000 a 7000 milhões de dólares). Para o fabrico da bomba de neutrões?

Nos primeiros anos do pós-guerra o imperialismo americano, então detentor único da arma nuclear, cobriu uma política de guerra-fria com

a ameaça da guerra atómica. Então, as propostas de paz da URSS eram ignoradas. Só deixaram de o ser, no processo de reforço e desenvolvimento do campo socialista, das forças progressistas mundiais, só deixaram de o ser quando a União Soviética pôde anunciar publicamente: nós também temos a arma atómica. A memória histórica do imperialismo é curta. Hoje já foi necessário que a URSS afirmasse que, se necessário, também saberia fabricar a bomba de neutrões.

Então, como agora, salta à vista para que servem as armas nas mãos do imperialismo ou nas mãos da comunidade socialista. Os EUA e a NATO agitam-nos como ameaça, a comunidade socialista como garantia de paz. Enquanto o monopólio da arma nuclear esteve nas mãos de Washington, a guerra fria foi o quotidiano das relações internacionais; quando passou à posse da comunidade socialista, deu-se um passo importante no estabelecimento de um novo tipo de relações internacionais: o desanuviamento. Importa que hoje o direito à vida não tenha que pagar um preço tão pesado.



G. Husák, E. Honecker, L. Brejnev, N. Ceausescu, E. Gierek, J. Kadar e T. Jivkov: a comunidade socialista não cederá um milímetro às chantagens do imperialismo

ENTREVISTA DE L. BREJNEV AO «PRAVDA»

— Nesta hora em que está a findar o ano de 1977, quais são, do seu ponto de vista, os traços característicos da situação internacional na perspectiva do nosso país?

— Recentemente, nos dias em que foi comemorado o 60.º Aniversário da Revolução de Outubro, tive a ocasião de focar, de um modo bastante pormenorizado, os diferentes aspectos da situação internacional do ponto de vista da União Soviética. Limitar-me-ei a destacar alguns aspectos.

A comemoração do 60.º Aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro e a aprovação da nova Constituição da URSS deram uma viva prova do elevado prestígio da União Soviética na arena internacional e da sua crescente influência sobre a marcha dos acontecimentos mundiais. O mundo convenceu-se, mais uma vez, de que o Estado nasceu com a Revolução de Outubro segue na arena internacional — coerentemente e com grande êxito — uma política de paz e amizade entre os povos, uma política honesta e justa, uma política, em suma, tal como deve ser seguida pelo país socialista — Pátria de Lénine.

As novas iniciativas políticas externas que apresentámos nos dias do Aniversário suscitaram uma repercussão ampla e, genericamente, positiva. Algumas destas iniciativas já estão a ser postas na prática: são debatidas em diversos fóruns, inclusivamente na Organização das Nações Unidas e no Encontro de Belgrado.

A União Soviética continuará a orientar os esforços a fim de suprimir por completo o perigo de uma guerra nuclear, tornar estáveis as mudanças auspiciosas operadas nas relações internacionais, aprofundar o desanuviamento, ampliar a cooperação pacífica entre os Estados.

Neste contexto gostaria de manifestar a esperança de que a minha visita à República Federal Alemã, a realizar-se brevemente, e as conversações com o chanceler Schmidt hão-de beneficiar não só a causa de um desenvolvimento, ainda maior, da cooperação

soviética-alemã, sobretudo em vários sectores, mas também os interesses mais amplos do desanuviamento e da paz na Europa.

Há dias a Assembleia Geral da ONU aprovou um documento extremamente importante e excepcionalmente actual — a declaração dedicada e especialmente à necessidade de ser aprofundado e reforçado o desanuviamento internacional. Todos os países que integram a ONU, à excepção da China e da Albânia, votaram a favor desta declaração. Al está um espelho fiel da opinião mundial. Ele reflecte fielmente o anseio de desanuviamento e paz dos povos. Ora, quantas outras propostas concretas, e, insisto, realizáveis, por exemplo no campo do desarmamento, já apresentou a União Soviética? Tudo isto são provas evidentes de que a política externa do Partido Comunista e do Estado Soviético é dinâmica e eficiente.

O PCUS E O DESARMAMENTO

— O que acha do rumo por que estão a enveredar os problemas do desarmamento?

— Um sector tão importante da actividade política externa como o desarmamento, tem sido permanentemente alvo da atenção do CC e do seu «bureau» político. Neste contexto, um lugar importante, por motivos óbvios, está a caber, no presente, às conversações soviético-americanas sobre a limitação dos armamentos estratégicos ofensivos. Não nos falta disposição para levar estas conversações até um fim satisfatório. Na nossa opinião, para tanto existem possibilidades. Diria mesmo que estas possibilidades não são pequenas. A julgar por certas declarações, a parte americana também manifesta um certo optimismo. É de desejar que ele seja reforçado por actuações práticas da sua parte. Acredito que o novo acordo viria a ser um facto importante e útil tanto para a URSS e os EUA como para a paz universal.

Actualmente, as conversações no campo do

desarmamento abrangem um amplo espectro de questões — desde a cessação de todas as experiências nucleares e a proibição dos meios químicos de guerra até à consolidação do desanuviamento militar na Europa e à redução da actividade bélica na zona do Oceano Índico. A iniciativa no levantamento destas questões, em grande parte (para não dizer em parte esmagadora) coube à União Soviética. O mais importante, agora, é passar das conversações sobre o desarmamento para passos concretos que signifiquem o começo do desarmamento. Somente isto corresponderá, de facto, às aspirações dos povos que desejam uma paz duradoura, condenam com decisão as acções que visam aumentar o perigo de uma nova guerra mundial e condenam a corrida aos armamentos.

E estas acções têm-se verificado. Não pode ser outra a interpretação, por exemplo, do intenso fomento da corrida aos armamentos no bloco militar da OTAN. É uma tendência muito perigosa para a Humanidade e torna-se ainda mais perigosa porque surgem à luz do dia meios cada vez mais bárbaros de condução da guerra.

Vejam, por exemplo, a bomba de neutrões. Ao mundo estão a impor com insistência, no presente, esta arma desumana, especialmente perigosa, porque fazem-na passar por arma «táctica» e quase «inocente».

A bomba de neutrões é recomendada com insistência para ser instalada na Europa Ocidental. É possível que todos quantos moram longe da Europa não vejam nisso nenhum problema. Mas os europeus que moram, usando uma expressão figurada, sob o mesmo teto, têm, com certeza, uma opinião diferente. É duvidoso que lhes convenha recair sob este seu teto comum, que já está a encurvar-se ao imenso peso dos armamentos, uma perigosa carga suplementar.

A União Soviética é contra a criação da bomba de neutrões. Compreendemos e damos todo o apoio à voz de milhões de pessoas em todos os pontos do Globo que protestam contra ela. Mas se esta bomba for

criada no Ocidente — se for criada contra nós, facto que ninguém se dá sequer ao trabalho de ocultar — aí devem-se dar perfeita conta de que a URSS não ficará a assistir passivamente. Ver-nos-emos obrigados a dar uma resposta a este repto, para garantir a segurança do povo soviético, dos seus aliados e amigos. Ao fim e ao cabo, tudo isto elevará a um nível ainda mais perigoso a corrida aos armamentos.

Nós não o desejamos e por isso propomos que se chegue a um acordo sobre a renúncia recíproca à produção da bomba de neutrões, a fim de livrar o mundo do aparecimento desta nova arma de extermínio humano em massa. Este é o nosso desejo sincero, esta é a nossa proposta às potências do Ocidente.

A SITUAÇÃO NO MÉDIO ORIENTE

O correspondente do «Pravda» pretendeu ainda conhecer a opinião de L.I. Brejnev sobre a situação no Médio Oriente. A resposta de L.I. Brejnev foi bem clara:

— A situação no Médio Oriente é um problema agudo. Nos últimos tempos operaram-se mudanças e, por sinal e lamentavelmente, mudanças de carácter negativo. E elas operaram-se no momento em que, segundo parecia, se havia tomado um rumo auspicioso, rumo à convocação da Conferência da Paz de Genebra, no momento em que para tanto muito já havia sido realizado, inclusivamente mediante os esforços conjuntos da URSS e dos EUA como co-presidentes da referida conferência. Agora, entretanto, a situação deteriorou-se violentamente. A convocação da conferência em Genebra e a regularização geral no Médio Oriente tornaram-se muito difíceis.

Tudo o mundo está a par da marcha dos acontecimentos no Médio Oriente nos últimos tempos. Neste particular, só queria salientar o seguinte: a União Soviética foi e continua a ser adepta coerente da regularização global nesta região do

Mundo, com a participação de todas as partes interessadas, inclusive, naturalmente, da Organização de Libertação da Palestina. De uma regularização que implique a retirada das tropas israelitas de todos os territórios árabes ocupados em 1967; a concessão dos direitos inalienáveis do povo árabe palestino, inclusivamente do seu direito à autodeterminação e à fundação do seu próprio Estado; garantia dos direitos a uma existência independente e da segurança de todos os Estados que participam directamente no conflito, tanto dos Estados árabes vizinhos de Israel como do Estado de Israel; cessação do estado de guerra entre os respectivos países árabes e Israel.

A paz no Médio Oriente será realmente firme, em vez de ser apenas um armistício instável, se forem levadas à prática estas disposições fundamentais. Não somos, em absoluto, da opinião de que a via de concessões unilaterais a Israel e de conversações em separado com este país — tais como as conversações entre os dirigentes egípcios e israelitas — conduza a este objectivo. Esta via, muito pelo contrário, desvia deste objectivo, criando uma profunda cisão no mundo árabe. Trata-se de uma linha que visa frustrar a verdadeira regularização e, antes de mais nada, minar a Conferência de Genebra, antes mesmo de esta se ter iniciado.

Quanto ao repetido enaltecimento das supostas «vantagens» das chamadas conversações directas, isto é, das conversações de Israel com cada um dos países que foram por ele atacados, trata-se, na realidade, de uma tentativa de privar os árabes da força que se encerra na sua unidade e no apoio dos Estados amigos à sua causa justa.

É por isso que a URSS é adepta da convocação da Conferência de Genebra e da sua convocação sob condições que excluam que ela possa ser transformada em bloco para encapotar negociações em separado em prejuízo dos interesses dos árabes e da causa de uma paz justa e duradoura. É esta a nossa posição. Ela é apoiada na íntegra pelo povo soviético e aprovada pelas forças da paz de todo o Mundo.

CHAPLIN MORREU CHARLOT CONTINUA VIVO!

Morreu, aos 88 anos, aquele que conseguiu opor, nos seus filmes, a poesia e a verdade dos que lutam para melhorar a vida de todos os dias à sordidez e à falsidade dos que sempre lutaram para que existissem cada vez mais “charlots”.

Morre Chaplin-Charlot, um dos mais notáveis artistas do nosso tempo, o artista genial que denunciou militantemente, com a sua obra, o nazi-fascismo (“O Grande Ditador”) e a exploração capitalista (“Tempos Modernos”).

Morreu um artista que, pela sua obra e pelas suas posições públicas de defesa da União Soviética, foi per-

seguido e expulso dos Estados Unidos nos tempos da tristemente célebre “caça às bruxas”.

Chaplin morreu! A sua obra, porém, continua viva para muitos milhões de pessoas em todo o mundo que sabem amar e compreender a mensagem de fraternidade e de solidariedade que Chaplin transmitia em cada fotograma dos seus filmes.

O “Avante!” dedicará brevemente a Chaplin e à sua obra uma mesa-redonda, em que participarão homens do cinema português.



QUEM DETERMINA OS PREÇOS DO PETRÓLEO?

A OPEP — formalmente organizada para defender os interesses dos produtores de petróleo, à imagem de outras organizações internacionais de produtores de matérias-primas e outros produtos tradicionalmente explorados pelo capital internacional — tem tido uma vida contraditória e acidentada.

Quando a subida dos preços do petróleo se impôs como uma realidade mundial, as multinacionais uniram em conjunto o seu dedo acusador contra os produtores de petróleo, responsabilizando-os pelas múltiplas dificuldades, pela crise em que se debate o mundo capitalista (também no campo energético). Foi um esforço para lançar sobre os ombros dos produtores de petróleo responsabilidades que lhes são alheias. Na verdade, os preços do petróleo, na Europa como nos Estados Unidos, subiram muito mais que os preços de venda dos produtores no mercado internacional. E as multinacionais ligadas à compra, venda e exploração do petróleo (e às decisões de OPEP...) alcançaram margens de lucro nunca anteriormente conseguidas.

O conjunto de países reunidos na OPEP é profundamente heterogéneo. Nem só os interesses dos povos dos países produtores está aí representado. Mas também os interesses do imperialismo, e ainda o de outras forças

políticas mundiais, como é o caso da social-democracia. Acresce que os principais produtores de petróleo — a Arábia Saudita e o Irão — têm laços claros e indelmentíveis com o capital internacional, com o imperialismo americano.

A conferência de Qatar, em Dezembro do ano passado, evidenciou as divergências internas que caracterizam a OPEP. A Arábia Saudita tomou então uma posição cisionista, jogando com o seu potencial em petróleo para determinar preços diferentes dos da maioria dos produtores.

Este ano os factos seguiram uma via mais elaborada: o acordo dos Estados Unidos com o Irão, realizado praticamente à vista de todos quando da visita do xá da Pérsia a Washington, colocou os outros países da OPEP perante um facto consumado. Com a Arábia Saudita, esses acordos não foram sequer necessários. Assim, a Arábia Saudita, o Irão, os Emiratos Árabes Unidos, o Koweit e o Qatar ditaram o congelamento de preços de petróleo durante o próximo ano, apesar de países como a Argélia, a Líbia e o Iraque se pronunciarem por aumentos de preços acentuados e a maioria dos países da OPEP defender aumentos, ainda que moderados.

A reunião da OPEP na Venezuela evidencia, por um

lado, que os preços do petróleo não são determinados nas conferências dos países exportadores de petróleo, nem obedecem à vontade da sua maioria — são ditados de Washington e impostos pelos países mais ricos em petróleo; por outro, que nem sequer há já a preocupação de mascarar essa realidade — os acordos com o Irão demonstram-no, tal como o facto de o congelamento de preços do petróleo significar uma perda para os produtores, na medida em que não é acompanhada a inflação que atinge os produtos importados pelos diversos países produtores de petróleo.

A reunião de Caraballeda iniciou-se com uma proposta do presidente da Venezuela, Andres Perez, de um aumento de 5 a 8 por cento nos preços do petróleo, cujas receitas seriam inicialmente utilizadas para ajudar os países subdesenvolvidos. Era uma proposta de compromisso, mas apesar disso já condenada à partida. Washington tinha determinado o congelamento dos preços — e assim foi imposto pelos seus mandatários na Venezuela. A reunião projectada para Março, para voltar a discutir a proposta de Perez nada altera desta realidade. Tão-pouco as tentativas sauditas de se escudar em pretensos e neutros estudos do mercado...

COLECÇÃO ELEMENTOS FUNDAMENTAIS DO COMUNISMO CIENTÍFICO

- 1 - Curso Básico do Comunismo Científico 1.º volume—30\$00
- 2 - Curso Básico do Comunismo Científico 2.º volume—30\$00
- 3 - Curso Básico do Comunismo Científico 3.º volume—40\$00
- 4 - Curso Básico do Comunismo Científico 4.º volume—40\$00
- 5 - O Leninismo e a Passagem do Capitalismo ao Socialismo 1.º volume—15\$00
- 6 - O Leninismo e a Passagem do Capitalismo ao Socialismo 2.º volume—15\$00
- 7 - O Leninismo e a Passagem do Capitalismo ao Socialismo 3.º volume—20\$00
- 8 - Curso Elementar de Economia Política 1.º volume—30\$00
- 9 - Curso Elementar de Economia Política 2.º volume—40\$00
- 10 - A Classe Operária, Partido e Política de Alianças 70\$00
- 11 - A Via para o Socialismo 90\$00

Agora à venda n.º 12

O MOVIMENTO COMUNISTA INTERNACIONAL

ensaio de estratégia e táctica

V. ZAGLÁDINE

edições Avante!



12 volume 90\$00

CDL a distribuição

NOME _____ MORADA _____ LOCALIDADE _____ DESEJO RECEBER DA COLECÇÃO ELEMENTOS FUNDAMENTAIS DO COMUNISMO CIENTÍFICO os nºs _____ respectivo pagamento envio esc. _____ 500 em cheque Vale do correio n.º _____ para CDL Departamento venda directa Rua Pedro Nunes 9-A Lisboa 1

SEMANA

NATAL-77: UM ABISMO ENTRE DOIS SISTEMAS

A noite de Natal de 77, em Soweto, nos arredores de Joanesburgo, não foi uma noite de festa. Foi uma noite de silêncio e luto, sem canções, sem presentes, sem refeições especiais. Silêncio de meditação para o prosseguimento da luta contra o governo de apartheid. Luto pelos mortos, os muitos mortos, em 18 meses de violência governamental. Dias antes, tinham sido presas quatro dezenas de pessoas por entoarem cânticos de Natal frente à central da polícia de Joanesburgo.

Apesar do ruído, das luzes, dos engarrafamentos de trânsito, dos encontros e dos transportes atulhados nas zonas comerciais, o Natal foi também interregno mal sentido entre as múltiplas dificuldades que se avolumam em muitos outros países. Na Europa em crise, o comércio romano queixou-se de que a multidão que se movimentava no centro comercial não passava de uma multidão de espectadores. Ai, como em muitas outras zonas, o 13.º mês está gasto antes de ser recebido, nas dívidas acumuladas ao longo do ano, ou no pagamento do imposto profissional.

Roma e Joanesburgo são exemplos dispersos, repetidos em todo o mundo onde domina o capital, e que reflectem a realidade da repressão, da crise económica, da instabilidade política, e também da luta. O luto de Natal em Soweto é também uma forma que assume a luta contra a política de Vorster. O poder de compra reduzido dos italianos (como dos franceses, dos americanos ou dos alemães da RFA) não é um elemento passivo na contextura política do país — o Natal surge aqui inserido num processo de luta contra a política de recessão económica e limitações salariais de um governo minoritário e periclitante.

A repressão que se faz sentir na África do Sul é também realidade viva em diversos países da América Latina, como no Egipto hoje empenhado em perseguir todos aqueles que se pronunciam contra uma política de traição à causa árabe, como na Rodésia onde se engrossam as fileiras do exército de Ian Smith com presos de delito comum da África do Sul, Austrália, Nova Zelândia, Estados Unidos, França, Israel e Itália, e se preparam novos planos de ataque a Moçambique.

A crise económica e política que avassala a Itália, aqui pontuada de actos de terrorismo, repete-se em França, como na Turquia ou na Argentina. Faz parte da vida diária dos países capitalistas, espelha-se nos balanços estatísticos, como nas previsões invariavelmente pessimistas, a despeito das tintas com que por vezes se tenta retocá-las. De acordo com as previsões de um instituto de pesquisa económica e de mercado de Basileia, o "Prognos AG", prosseguirá o aumento do desemprego e um desenvolvimento económico mais lento na Europa Ocidental (previsão também acessível a qualquer leigo, mesmo sem o apoio de quaisquer dados científicos), e aponta-se para os dez milhões de desempregados em 1990 e um desenvolvimento económico que será reduzido a uma média anual de 3 por cento ou menos. Aqui não é distinguido o aumento de desemprego juvenil que, de acordo com a publicação oficial da CEE, atinge a percentagem de 37,4 por cento do conjunto dos desempregados e que tem aumentado e tende ainda a aumentar de uma forma vertiginosa — desemprego juvenil que, ao fechar as portas do futuro à nova geração, representa uma clara condenação do sistema.

Do outro lado da fronteira dos sistemas, onde se constrói o socialismo e se lançam as pontes para a sociedade comunista, cada ano que passa é um marco num caminho ascendente, onde há dificuldades e problemas, mas se avança inequivocamente, cumprindo, com o trabalho de todos, os planos por todos elaborados. De 1950 (ano da fundação do CAME) a 1977, o rendimento nacional global de todos os países membros do Conselho de Assistência Mútua Económica (CAME) decuplicou — o que demonstra que a comunidade económica socialista é a região económica mais dinâmica do mundo. Esta percentagem reflecte, contrariamente ao que se passa dentro do sistema capitalista, em que as desigualdades de forma alguma tendem a atenuar-se (mesmo dentro dos prognósticos do capital, manter-se-ão), um desenvolvimento global de todos os países do CAME, cujas economias, partindo de pontos de desenvolvimento diferentes, não só crescem seguramente como tendem a equiparar-se. Assim, na base de um programa de integração económica socialista, adoptado em 1971, os Estados membros do CAME estão a elaborar diversos programas especiais em que se prevê, por exemplo, a satisfação, até 1990, das necessidades em matérias-primas e combustíveis, em produtos de construção mecânica, electrotécnica, electrónica, da indústria dos alimentos de primeira necessidade, do desenvolvimento dos transportes. O carácter dinâmico do desenvolvimento económico, que se expressa também nestes programas que vão da investigação à produção e distribuição, garantem o pleno emprego apesar da crescente mecanização e da automatização progressiva dos processos de produção.

Entre o processo de recessão do mundo dos monopólios e o desenvolvimento imparável dos países do CAME, vai um abismo: o mesmo que se cava entre a multidão de espectadores do centro comercial de Roma e da multidão de compradores efectivos que invade a tradicional quermesse do centro de Berlim, capital da RDA. Um abismo só colmatável pela luta dos povos.

CHILE: QUE REFERENDO?

"Cada homem, mulher e jovem deverá ajuizar em sua consciência se apoia o presidente da República na defesa da dignidade do Chile e afirma a legitimidade do seu governo para dirigir soberanamente o processo institucional ou se, pelo contrário, apoia a resolução das Nações Unidas e a sua pretensão de impor, do estrangeiro, o destino do nosso país" — é nestes termos que o ditador Pinochet se dirige ao povo chileno, convocando todos os cidadãos do país para um referendo sobre o documento das Nações Unidas que condena o regime fascista chileno. Em termos que até surgem como "democráticos".

Um único senão: o presidente da República não passa de um ditador, o governo nunca teve legitimidade nem dignidade, antes foi imposto pela violência e a repressão sistemática ao povo chileno, não são os interesses nacionais, mas os estrangeiros, que ditam

imprensa, sem direito de reunião ou de associação, sem possibilidade de divulgar opiniões que contestem as expressões pela ditadura, com a repressão a bater à porta e a fazer "desaparecer" aqueles que sabe dizerem não. O referendo agora promovido por Pinochet não

interna de reforço das forças antifascistas, um crescente isolamento interno e externo.

A convocação do país para um referendo vem na mesma linha de promessas de democratização, bem limitadas por inúmeras precauções e largos prazos (15 anos). Em ambos os casos,

a repetir-se nas diversas ditaduras reaccionárias e fascistas da América Latina, de concerto com as declarações de Carter sobre "direitos humanos", campanha que provocaria demasiado escândalo não ser extensiva às fronteiras dos EUA, e as "reprimendas" (aliás mal digeridas pelos ditadores) que a Casa Branca se viu na necessidade de distribuir por uma área que ainda é feudo seu, mas que não convém apresentar como tal.

Ou seja — para não perder o apoio precioso dos regimes reaccionários e fascistas da América Latina, para que a sua sobrevivência se arraste por mais algum tempo, é necessário que se limpe uma fachada universalmente condenada, é necessário que a América Latina, mantendo-se como está, se possa apresentar com as cores da democracia.

Para o derrube do Governo de Unidade Popular, o plano operacional da CIA assentou em cinco pontos: sabotagem económica, estrangulamento da economia, organização do caos económico, criação de pânico através do terror individual e colectivo e isolamento e combate de todos os partidários e simpatizantes da Unidade Popular.

Hoje, para salvar Pinochet, já se ensaiou sacrificar Pinochet, agora avança-se com uma "democratização" que é a negação da democracia. O isolamento e a instabilidade estão à vista. O plano é demasiado frouxo: não pode contar com a credibilidade a nível internacional e envolve os seus perigos a nível interno.

viva la democracia

lailler



a política do Estado, não é nas Nações Unidas mas em Washington que se deve procurar a pretensão de impor, de fora, os destinos do país. De que resulta uma conclusão necessária: o referendo não é um referendo, pois não há consulta popular séria realizável em pleno estado de sítio, sem liberdade de

tem naturalmente nada que ver com o seu desejo de conhecer a opinião popular sobre a ditadura da Junta. Tão pouco com uma pretensa democratização da vida política chilena. Reflecte entretanto uma realidade internacional profundamente hostil ao prosseguimento de ditaduras fascistas, uma evolução

as preocupações são as mesmas: negar a possibilidade de expressão popular. Governo civil mas... bem organizado pela Junta de Pinochet; referendo, com total ausência de liberdades.

Estas preocupações de apresentar uma capa democrática não são exclusivas do Chile: estão

VELASCO ALVARADO, HERÓI PERUANO

Morreu Juan Velasco Alvarado, o general que em Outubro de 1968 derrubou o presidente Belaunde Terry, dando início ao processo revolucionário peruano que, até aos nossos dias, alterou profundamente a fisionomia do país.

Velasco foi aquilo que na América se julgava impossível antes dos anos 70: um general revolucionário. Não sendo um intelectual — nunca se

mostrou atraído pela ideologia — soube no entanto rodear-se de camaradas de armas excepcionalmente dotados e, sobretudo, afastar no momento exacto todos aqueles que se desviavam da rota traçada.

A Revolução Peruana contou desde o início com o apoio de todas as forças progressistas do continente americano e com a solidariedade dos países socialistas porque, também logo de início, mostrou claramente os objectivos para que apontava: a expulsão do imperialismo, a defesa intransigente da independência nacional e o desencadear de uma ofensiva de recuperação económica que arrancasse o Peru do subdesenvolvimento e dependência do capitalismo.

A nacionalização da "International Petroleum Company" desafiou o poder dos grandes monopólios americanos e definiu sem rodeios o conteúdo anti-imperialista que enformava a Revolução. Foi o primeiro grande golpe assestado nos monopólios americanos que dominavam o país, a que se seguiu a nacionalização da multinacional "Cerro de Pasco" — o polvo tentacular que simbolizava o domínio dos EUA sobre a vida económica e política do Peru. Seguiu-se uma reforma agrária que eliminou praticamente o latifúndio do país, entregando 7 milhões de hectares das melhores terras a cooperativas agrárias de produção e a comunidades de pequenos agricultores.

"Foi dentro do capitalismo que historicamente se originaram o nosso subdesenvolvimento e a nossa dependência do imperialismo. Consequentemente, a posição ideológica da Revolução peruana é incompatível com a manutenção no Peru do sistema capitalista". Estas palavras de Velasco Alvarado, pronunciadas em 1972, dão

o perfil exacto de um homem que, sendo militar, equacionava com lucidez e firmeza os problemas do seu país, apontando rumos muito claros para as difíceis soluções que se impunham. Enfrentar o imperialismo requeria coragem; dar luta e vencer a oligarquia peruana, derrotar o reaccionarismo interno, exigia pertinácia e energia — a tudo isto respondeu inteiramente Velasco, prosseguindo sempre com a mesma determinação na defesa dos interesses do seu povo e do seu país.

Em 1973 sobrevieram-lhe graves problemas de saúde, que o obrigaram a abrandar a intensa actividade revolucionária que desenvolvia desde 1968. Afastado do poder em 1975, não mais viria a recuperar a saúde, acabando por falecer após delicadas intervenções cirúrgicas. O seu nome ficará para sempre ligado à Revolução peruana como o seu grande impulsor e também no coração do seu povo e de todas as forças progressistas do mundo.



Os casos do Perú e do Uruguai

FMI E AID: TENTÁCULOS DO DOMÍNIO IMPERIALISTA

O ano de 1978 foi anunciado, no Peru, como "ano de austeridade". O Peru vive neste momento uma grave crise económica. O governo aponta como solução a exigência de austeridade e sacrifícios ao povo peruano. Entretanto e recentemente, o governo de Lima obteve um aval do Fundo Monetário Internacional.

Em fins de Novembro, as máximas hierarquias, civis e militares, da ditadura fascista do Uruguai estiveram reunidas para discutir a crítica situação económica do país. O que se debateu nesta reunião é a forma de impor ao povo uruguaio um plano económico elaborado pela AID (Agência Interamericana de Desenvolvimento), que naturalmente respeita os interesses dos monopólios norte-americanos em detrimento dos interesses nacionais do Uruguai.

O Uruguai e o Peru vivem realidades políticas bem diferenciadas. O Uruguai é uma ditadura fascista, que assenta na brutal repressão de todos os patriotas e antifascistas. O Peru tem um governo que está a promover um recuo nas conquistas revolucionárias do povo peruano, que segue uma política de recuperação capitalista, mas que não tem o carácter repressivo do Uruguai.

Entre ambos, neste momento, estabelece-se um paralelo — a submissão ao imperialismo americano: num caso, porque o fascismo na América Latina é isso mesmo, ainda quando as contradições sobressaem, quando se tenta escamotear as realidades — uma consequência e um instrumento da política de Washington; noutro, porque a política de recuperação capitalista não tem outro apoio em que assentar.

O PLANO TUPAC AMARU E AS SUAS ALTERAÇÕES

O plano Tupac Amaru, ainda como projecto, representou desde o início um plano de recuperação capitalista. Como foi então denunciado pelo Partido Comunista Peruano, o plano reflecte o novo rumo do governo e a sua decisão de orientar o desenvolvimento económico e social do país pela via capitalista, tomando como motor fundamental o investimento privado nacional e estrangeiro; abre a possibilidade de afectar importantes conquistas do processo revolucionário; afecta, por omissão e indefinição, alguns importantes direitos sindicais e a participação popular no processo político.

As alterações subsequentes vieram agravar este carácter do plano: na área global, foi eliminada a referência à convocatória de eleições municipais, restringindo assim ainda mais as possibilidades de participação popular; na política internacional dá-se particular relevo ao carácter "continentalista" da política peruana (a política de recuperação capitalista joga em toda a parte com trunfos semelhantes...), no intuito evidente de abrir as portas a uma maior aproximação dos

EUA; na área económica, reflectem-se particularmente as concessões feitas ao FMI, desprezando-se o interesse nacional, designadamente no plano das importações, e abrindo-se ao investimento privado áreas anteriormente reservadas ao Estado, como a pesca.

O aval do FMI teve um preço: o plano Tupac Amaru. Um plano que é um recuo, que se furta à iniciativa popular, que não resolve nenhum problema económico e se traduz, desde já, na exigência costumeira de austeridade e sacrifícios, sem contrapartida.

PLANOS DA AID NO URUGUAI

Que prevê o plano económico da AID, discutido por magnatas e generais no Uruguai?

O plano reúne um conjunto de medidas contra a economia nacional que se traduzirão, se aplicadas, no encerramento de uma série de empresas e de um aumento do número de desempregados da ordem dos 30 mil. Assim, e de acordo com as previsões dos próprios autores do plano, o índice de desemprego saltaria dos 12,9% para os 17,7%.

Os planos traçados pela AID, em conjunto com o Banco Central, apontam para a liberalização da economia, ou seja, a eliminação da

barreira protectora da indústria nacional, o que equivale ao encerramento de muitas empresas, particularmente nas indústrias têxteis e de couros.

Prevê-se ainda uma drástica desvalorização da moeda nacional, o que faz subir a cotação do dólar e consequentemente o volume da dívida externa, e a eliminação de algumas regalias fiscais de que ainda gozam as empresas estatais. O crédito interno seria rebaixado, prejudicando as pequenas empresas, e proceder-se-ia ao despedimento massivo de funcionários de Estado, a coberto da necessidade de superar os défices existentes.

Em conclusão: o plano afecta profundamente os trabalhadores do Uruguai (aos trinta mil despedidos na indústria há que juntar os funcionários de Estado e os que resultariam da quebra no comércio e na agricultura), afecta os pequenos e médios agricultores, industriais e comerciantes, beneficia os monopólios, beneficia grandemente o capital estrangeiro, não resolve, antes agrava, os problemas da economia nacional. Um plano digno da AID como do FMI.

O Peru e o Uruguai são dois exemplos, diversos, mas igualmente claros, da forma como o imperialismo manobra, da forma como suga os países que lhe abrem, desta ou daquela forma, as suas portas, do preço político e económico que se paga pelas "ajudas" do FMI ou da AID — tentáculos da dominação imperialista.

Intervenção Francesa no Sara

A Força Aérea Francesa atacou uma coluna da Frente Polisário, que luta pela independência da antiga colónia espanhola do Sara Ocidental, matando 100 pessoas, segundo acusou esta, recentemente. O Ministério da Defesa francês desmentiu a notícia, atribuindo-a a uma "pura e simples manobra venenosa da Polisário", negando simultaneamente que tivessem sido abatidos, pelos guerrilheiros, dois caças franceses "Jaguar".

Todavia como morreu um dos dois pilotos dos aviões abatidos, o ministro francês da Defesa, Yvon Bourges, viu-se forçado a reconhecer formalmente as afirmações da Polisário, afirmando na rádio que, morrendo um piloto francês, seria inadmissível que a sua família e amigos não fossem informados, acentuando ainda que não estava em causa qualquer segredo de Estado (o que torna incompreensível o comunicado-desmentido do Ministério da Defesa...).

Apesar do "reconhecimento" da morte dum piloto francês e, consequentemente, da intervenção da França no conflito do Sara, o governo do sr. d'Estaing desmentiu o uso de "napalm" e de bombas de fósforo.

Na eventualidade de haver algum cidadão francês entre as vítimas do bombardeamento da coluna da Polisário, não será de excluir um novo desmentido do sr. Bourges, a reconhecer que, afinal, sempre havia sido utilizado o "napalm" e o fósforo. Isto para informar os familiares e amigos da vítima, é claro!

Budistas da URSS preconizam a Paz

A imprensa capitalista está sempre atenta quando apanha algum "dissidente" ajeitado para debitar baboseiras anti-soviéticas. Todavia como o filão é pobre em todos os aspectos, lá vai mastigando meticulosamente o material que tem, de modo que ele apresente um ar mais lavado, já que mais original é impossível. E é assim que surgem as "verdades" sobre a falta disto e daquilo na União Soviética, faltas que vão desde a liberdade (?) até aos cordões dos sapatos.

Todavia quando a vigiar-se se multiplica por si mesma, as contradições crescem, grosseiras e evidentes, e as "desgraças russas" tornam-se um amontoado de confusões, de que ninguém percebe nada.

A falta de liberdade religiosa, por exemplo. Desde sempre que a imprensa capitalista tem afirmado que ela não existe na União Soviética, mas depois informa candidamente que no dia tal se realizou no Estado



Os delegados ao Congresso dos Budistas da URSS votam por unanimidade a mensagem a todos os adeptos dos ensinamentos budistas e homens de boa vontade

Soviético este ou aquele encontro religioso, que a Igreja Ortodoxa Russa se reuniu, ou fez, ou disse qualquer coisa, etc., etc., como se estes acontecimentos não tivessem nada a ver com a religião e a terrível "falta de liberdade", que (também segundo ela!) por lá campeia.

Realizou-se recentemente o 7.º Congresso dos budistas soviéticos, em Ivolguine, perto de Oulan-Oudé, capital da República Socialista Soviética dos Buriates. Jambal-Dorji Gomboev, chefe da igreja budista há 14 anos, foi eleito para a presidência da direcção espiritual dos budistas da URSS, recebendo também a medalha do Conselho Mundial da Paz "Pela consolidação da Paz entre os Povos" e a Ordem Soviética da Amizade entre os Povos. Os budistas da URSS mantêm estreitos contactos com os budistas do mundo inteiro. A mensagem aprovada neste Congresso dirige-se a todos os homens de boa vontade, independentemente das suas convicções religiosas e políticas, para que condenem energicamente as acções dos adversários do desanuviamento internacional e dos protectores do colonialismo, do neocolonialismo e da discriminação racial.

Esta notícia não pode ser desmentida e dificilmente ignorada. Mas o imperialismo não se atrapalha: qual é o problema? Nos seus jornais cabe muito bem esta notícia e, por exemplo, uma entrevista com um qualquer dissidente a afirmar que na União Soviética não há igrejas! É tudo uma questão de espaço...

Moção de censura à coligação direitista da Turquia

Na Turquia a coligação de direita que governa o país perdeu recentemente a margem de maioria que detinha na Assembleia Nacional, quando a esquerda aumentou os seus mandatos nas últimas eleições e onze dos deputados da coligação a abandonaram, por discordância com a política do governo. Arrogantemente o primeiro-ministro Suleyman Demirel, chefe de fila do Partido da Justiça — o principal da coligação de direita que está no governo — desafiou a oposição a fazer uma demonstração de força no Parlamento, convidando-a a apresentar uma moção de censura, o que é considerado um teste de confiança para atemorizar esta e levá-la a protelar tal decisão.

Vã tentativa porque o Partido Republicano do Povo, o maior partido da oposição, apresentou mesmo uma moção de censura, visando derrubar a coligação governamental. Espera-se que os deputados que abandonaram o grupo parlamentar do governo venham a apoiar a moção, já que esta parece estar na linha que publicamente anunciaram para as suas demissões.

A moção apresentada acusa o governo de incapacidade para resolver os graves problemas económicos da Turquia, bem como as suas questões internacionais e domésticas... Por outro lado um dos três parceiros da coligação — aparentemente o Partido da Acção Nacional — é acusado de incrementar a violência política.

Agricultores dos Estados Unidos em greve

Nos meados de Dezembro agricultores de todos os Estados Unidos desencadearam uma greve como protesto contra os baixos preços dos produtos agrícolas.

O apelo à greve veio da "American Agriculture", organização recentemente criada, com sede em Springfield, no Colorado e que afirma contar com o apoio de 40% dos dois milhões de agricultores do país; os grevistas protestam por considerarem que estão a perder dinheiro todos os anos, ficando sufocados com dívidas, enquanto os intermediários arrecadam todos os lucros.

Os acontecimentos evoluíram para formas de luta mais incisivas e assim foram surgindo barricadas de tractores por todo o país, piquetes de greve para impedir acções de distribuição de géneros e, final e inevitavelmente, confrontos com a polícia de que resultaram prisões de agricultores e o ferimento de dois agentes e dum cão polícia.

A administração Carter opõe-se à concretização das reivindicações dos agricultores, argumentando que, para tal, seria necessário inundar os mercados públicos com a "burocracia federal"...

o professor

REVISTA DE EDUCAÇÃO E ENSINO

À VENDA O NÚMERO

3 DA NOVA SÉRIE

NESTE NÚMERO

FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Estágios pedagógicos e formação de professores. Um novo modelo para a formação de professores

PLANIFICAÇÃO GLOBAL

Tarefa primeira para uma eficiente aprendizagem

DESPORTO ESCOLAR

RECEBA EM SUA CASA COM MAIOR ECONOMIA E REGULARIDADE. ASSINE, o professor

Preço de assinatura por 10 números

Via normal Via aérea

Continente 195\$00 Ilhas 220\$00 237\$00

PELAS
CONQUISTAS DE ABRILADERE
AO
PCP

A três dias do final

A CAMPANHA ENCERRA COM A VITÓRIA!

No fim do ano encerra a Campanha Promoção Conquistas de Abril. O novo ano vai encontrar o Partido mais forte para novas lutas e novos esforços. Reforçado de muitos novos milhares de camaradas dispostos a transformar o futuro, reforçado no seu prestígio de grande Partido dos trabalhadores, com mais esta vitória que, como todos sabem, já há muito ultrapassou as expectativas. Não está ainda na hora, porém de fazer as contas.

Nestes últimos dias muitos mais camaradas virão engrossar as nossas fileiras, vêm à frente de muitos outros milhares de homens e mulheres e jovens que sentem cada vez mais, porque o avaliam na prática, que o PCP é o seu Partido, aquele que sempre defendeu os seus interesses, em tempos difíceis e em tempos de vitórias, em tempos claros e em tempos em que a nossa voz era amordaçada, como ainda o é em regiões onde o 25 de

Abril dificilmente rompe.

Porque é a vida, a prática da vida que educa melhor que as palavras, muitos, cada vez mais, compreendem o papel do Partido Comunista. Os mais afoitos, os que melhor o compreendem, aderem ao PCP e tomam parte no combate de esclarecimento e de mobilização. Para defender Abril e as suas conquistas, para fortalecer o passo que levará aos caminhos seguros do socialismo, lá onde desaparece a opressão e a exploração do homem pelo homem.

A grande maioria das metas encontra-se ultrapassada. As que foram propostas pelo Partido e as que as próprias organizações e organismos consideraram ser possíveis. Ganhos os camaradas mais confiantes e entusiastas, quebrada a barreira de algumas posições sectárias, a Campanha lançou-se e foi levada de Norte a Sul, aos grandes centros e aos mais recônditos lugares. Freguesias e concelhos onde a organização não existia ou apenas era incipiente, como nos sítios onde o caciquismo mais feroz impera, forneceram comunistas que se organizaram, e já hoje desenvolvem também a Campanha, estendendo-a e alargando-a, fazendo levar a voz do Partido mais longe e mais longe ainda.

Recrutadores excepcionais, homens e mulheres ligados às massas, levaram a Campanha a sério, lançando mãos à obra, desdobrando-se em esforços, em esclarecimento, em mobilização e trouxeram cada um vinte, trinta, cinquenta, oitenta e mais militantes novos pela sua mão. Organizações viram-se e vêem-se dinamizadas e mais actuações com o trabalho dos novos aderentes, com o vigor que eles trazem e também com as suas experiências e o seu desejo de provar na prática, que são comunistas.

Que nenhum camarada que hoje adere ao Partido fique sendo apenas mais um em números contados. Que cada um encontre no Partido o seu lugar de militante, a sua tarefa à altura das suas aptidões e das suas possibilidades, que todos possam enfim organizar-se, lutar organizados no Partido. Para cada um dos militantes que chegam o seu objectivo é lutar de modo organizado. Organizar, tarefa de sempre, é hoje, talvez, a mais importante de todas.

A CAMPANHA EM MARCHA!

AFINAL FORAM MAIS

Já ultrapassaram as metas fixadas para os respectivos sectores as organizações de freguesia de Campanhã, de Cedofeita-Massarelos, da Foz-Lordelo, de Ramalde-Aldoar e de Paranhos. Durante o mês de Dezembro, até ao passado dia 22 do corrente, o Comité Local do Porto recrutou 171 novos camaradas. E, ao contrário do que informámos no último número, ascendeu a 81 o número de inscrições no Partido e nas suas organizações de juventude, verificados durante o grandioso comício do passado dia 18 no Palácio de Cristal.

COIMBRA DERRUBA METAS

No distrito de Coimbra também as metas há muito caíram e tornam a cair. Isto porque os camaradas, a cada meta ultrapassada vão propondo nova meta. Primeiro foram 300, depois 400. Hoje a meta é de 600 e já se registaram 560 adesões, esperando-se que, até ao fim do ano... Entretanto, na Noite de Natal, no Centro de Trabalho de Coimbra verificaram-se mais 20 adesões!

A CONTRA-PROVA

Em muitas localidades do nosso Distrito (zonas industriais, rurais e no litoral) foram realizadas às mais diversas iniciativas — diz um comunicado da Comissão Concelhia de Alcobaca do PCP —, tendo-se filiado no Partido centenas de pessoas.

A justeza da orientação (do Partido) e destas iniciativas foram provadas pelo grande número de aderências e também, mas como contra-prova, surge aqui em Alcobaca a acção nocturna de elementos reaccionários do CDS e do PPD que no passado dia 14 arrancaram cartazes e rasgaram panos que anunciavam a Campanha «Promoção Conquistas de Abril» nas ruas da vila.

MAIS DE 300 EM CASCAIS

Cascais. De lá nos anunciam que na passada quarta-feira mais de 300 pessoas estiveram presentes numa sessão ali realizada que contou com a participação do camarada António Dias Lourenço, director do «Avante!». Debate vivo e animado.

INICIATIVAS

Hoje, dia 29, realiza-se uma sessão de esclarecimento em Montemor-o-Velho, no Teatro.

Também hoje, pelas 21 horas, na Cooperativa de Braço de Prata, terá lugar uma iniciativa integrada na Campanha. Além da intervenção política a cargo de um camarada do Comité Central, esta sessão, promovida pela 7.ª Zona do Comité Local, conta com a actuação do grupo «Trovante». Haverá ainda poemas e fados.

NOVOS CAMARADAS ESCRIVEM AO «AVANTE!»

Depois do 25 de Abril, normalmente todas as pessoas fizeram a sua escolha política. Eu, como jovem e como me sentia explorado, também fiz a minha escolha.

Como é natural escolhi o PS. Fui simpatizante porque o PS tinha um programa onde dizia que defendia as classes trabalhadoras.

Quando o PS foi para o Governo, ele foi ao contrário. Em vez de fazer o que dizia, de apoiar as classes trabalhadoras, ele apoiou a burguesia. À custa do Governo aprendi que estava enganado.

Em Março de 1976, ainda simpatizante do PS, comeci a conhecer camaradas do Partido Comunista, e com estes camaradas comeci a ler livros, jornais, etc.

E foi assim que comeci a simpatizar com o Partido Comunista. Foi junto com estes camaradas que tenho lutado muito para que o Povo venha a ver quem o explora, quem o defende.

Camaradas, devemos unirmo-nos mais, porque a união faz a força e a força traz a vitória. Apesar de ser uma vitória conseguida no meio de ameaças e ódios que os burgueses nos têm. Não devemos ter medo dessas suas violências porque são uma prova da sua fraqueza.

Camaradas, unidos e de mãos dadas, alcançaremos o caminho da vitória, com o Partido Comunista Português.

João
São Miguel, Açores

Camaradas, Decidi escrever-vos porque sou um novo militante. A Campanha em que todos se empenharam era o que eu e outros como eu esperávamos.

O meu objectivo é dar contributo à vossa justa luta e, por todos os meios, libertar explorados e oprimidos onde quer que eles estejam.

Sozinha nada farei, escolhi-vos por que sei ser este o caminho do futuro.

Nada conseguirá apagar o 25 de Abril. Em frente com a Revolução, pelas conquistas de Abril. Camarada, onde estiveres, estamos todos.

Isabel Maria de Jesus Pereira
(Tenho 17 anos e moro em Benfica)

Por intermédio do «Avante!» — desde há muito que o tenho em minhas mãos e tenho acompanhado todas as festas do «Avante!» e todos os problemas que o povo português tem —, sou um grande simpatizante do Partido Comunista Português e só com ele faremos um país melhor, pois o nosso país está muito difícil de viver, cada vez pior. As coisas estão como todos nós sabemos — nós os portugueses muitas vezes queremos empregos e não é possível.

Como sou comunista, vinha por intermédio desta carta filiar-me no Partido juntamente com a minha esposa.

Camaradas, gostaria que estas palavras fossem transmitidas no jornal «Avante!». O Partido Comunista Português é o grande partido do povo português.

Com as nossas saudações.

Lucindo Silva Rafael, Ana Maria Ribeiro Urbano Rafael, Maçã, Sezimbra

A Campanha, que se aproxima do seu final tem sugerido a muitos as imagens poéticas que traduzem os sentimentos de determinação e de luta firme em que os comunistas se empenham. Quantos e quantos militantes se não têm debruçado, uns escrevendo, outros apenas imaginando os versos que exprimem a vitória que é já a Campanha, outros o sentido que ela tem de reforço do seu Partido, outros ainda o eco que o apelo do PCP encontra nas mais amplas camadas da população de onde se destacam vários milhares de portugueses e portuguesas que se tornam membros do Partido.

Alguns versos têm sido publicados. Hoje, de novo, um excerto de um poema da autoria de um camarada pertencente ao Organismo dos Pequenos e Médios Comerciantes e Industriais, do Barreiro.

Lembra-te bem camarada
Que a vida do noso Partido
Não é uma chama apagada,
Mas clarão com um só sentido
Que indica o caminho certo
Da via para o socialismo
Dentro de um trabalho aberto
Isento de sectarismo



Fim do Ano com os Comunistas

Passar o fim do ano a olhar de frente para o futuro. Com alegria e com esperança. O fim do ano que se aproxima e que encerra a Campanha de Promoção Conquistas de Abril é pretexto desta vez para muitas e muitas festas que os comunistas promovem um pouco por toda a parte.

Saudar o ano que chega com os amigos, com baile e petiscos, com música e canções, é o que os comunistas propõem a quem quiser conviver!

Voltamos a sugerir aos camaradas e amigos leitores que se informem junto dos Centros de Trabalho ou das organizações que conhecem quais as iniciativas em preparação para este fim-de-semana. E anunciamos aquelas que chegaram ao nosso conhecimento.

Na Serra da Estrela: Organizado pela Comissão Concelhia da Covilhã, do PCP, pela UJC e pela UEC, vai haver festa na FAEC — Covilhã. Actuará o conjunto Spartakus e Loser. E também uma banda musical. Haverá serviço de ceias e bar.

Em Setúbal, por outro lado, a comemoração do fim do ano coincide com a festa de encerramento da Campanha. Terá lugar no Clube Naval Setubalense e é promovida pela Comissão Concelhia de Setúbal. Actuará o conjunto «Octana». A marcação de mesas faz-se no Centro de Trabalho do Partido.

Em Grândola há festa em várias localidades do concelho, promovidas pelas respectivas comissões locais. Baile e convívio no Bairro dos Cadouços — Canal Caveira; Aneiras de Baixo; Melides e Aldeia do Futuro.

Em Alcácer confraternização no Centro de Trabalho, pelas 21 e 30.

Em Almada a festa é no Barracão da Romeira, Cova da Piedade. Aliás, festas, pois o fim do ano e a entrada em 1978 faz-se durante três dias. Assim, nos dias 30 e 31 de Dezembro e no primeiro dia de Janeiro, haverá baile, Canto Livre e convívio.

No Barreiro — Festa no ginásio da CP — Avenida de Sapadores, pelas 21 e 30.

No concelho da Moita — Canto Livre, baile e convívio na Baixa da Banheira.

Montijo — a Comissão de Freguesia de Sarilhos promove uma festa na sede do Juventude Futebol Clube Sarilhense, com baile, sorteios, surpresas. Há marcação de mesas.

Em Santiago do Cacém — Na freguesia de Ermidas-Sado há uma confraternização no Centro de Trabalho. Cada um leva o farnel. Em São Bartolomeu também há festa e baile no Centro de Trabalho.

Sesimbra passa o fim do ano na Vila Amália — um jantar de confraternização. Intervenções de camaradas sobre o Partido, a Promoção Conquistas de Abril e a situação política actual. Canto Livre.

Sines — convívio e baile no Salão do Povo, pelas 21 horas. Levar farnel.

Algarve — O último dia do ano é comemorado pelo PCP com bailes e convívios em Faro, Portimão, Silves, Olhão, Vila Real de Santo António e Messines. As festas decorrerão, a partir das 21 e 30 nos respectivos Centros de Trabalho do Partido. Em Lagos, a Festa terá lugar no Salão do Grémio Lacobrigense.

O fim do ano em Coimbra decorre no Pavilhão da Palmeira, com a participação de um conjunto musical, da Brigada «Vitor Jara» e ainda de artistas amadores.

E agora no Alentejo:

Distrito de Beja — convívio e festas nos Centros de Trabalho de Beja e de Aljustrel.

Distrito de Portalegre — festas de fim de ano em Avis, Campo Maior e Montargil.

Distrito de Évora — Em Évora: grande festa no Monte Alentejano. Canto Livre com o Grupo «O Manifesto», a «São de Estremoz», artistas de fado, acordeonistas, o grupo «25 de Abril», o grupo da Casa da Cultura de Moçambique. Esta festa promove também uma recolha de fundos para a nova sede da DORA.

Ainda no distrito de Évora, em Montemor-o-Novo: pelas 21 horas há uma sessão de cinema; às 23 uma intervenção política; depois há Canto Livre com os pioneiros de Montemor, o grupo «Manifesto», artistas de fado, grupo da Casa de Cultura de Moçambique; baile, comes e bebes, convívio. No mesmo distrito estão programadas festas em Viana, Mora e Vendas Novas.

Distrito de Santarém — Festas de fim de ano em Cartaxo, Couço, Vale de Figueira, Almeirim (na Casa do Povo), Alpiarça, Salvaterra de Magos (no Centro de Trabalho), Benavente (no Centro de Trabalho) e Santarém (no Salão do Artesanato, promovida pela FEPU).

Distrito de Leiria — Festas de fim de ano em Leiria (no Pavilhão), Marinhã Grande (no «Império») e Peniche (na sede do MDP, organizada pelo PCP).

E agora em Lisboa — a Comissão Concelhia de Oeiras promove, a partir das 21 e 30 do último dia do ano uma festa no Gimnodesportivo do ISEF, na Cruz Quebrada. Por seu lado, no Centro de Trabalho de São Bernardo, os camaradas levam a efeito a passagem do ano com um animado convívio em que é preciso levar farnel. Festa com a participação de artistas amadores.

Duas grandes festas

É claro a já anunciada Festa no Pavilhão da Académica da Amadora, na Reboleira. Baile com o Conjunto «Dia D'Água» e Canto Livre com a participação de Samuel, Alfredo Vieira de Sousa, Chico Serrano, José Jorge Letria, Manuel Maia, José Barata Moura, Carlos Paredes, Grupo de Teatro Ensaio e Fernando Farinha. A Festa começa, às 21 e 30 e é organizada pelo Comité Local de Lisboa, pelo Sector Público, pelo Sector dos Transportes, Sector Intelectual, Organização da Amadora e SIP da DORL. Até de madrugada, com os petiscos tradicionais da quadra, os camaradas e amigos vão passar horas de animado convívio para o qual podem adquirir os bilhetes nos Centros de Trabalho de Lisboa e da Amadora. Quanto a transportes há o comboio, do qual se desce na estação da Amadora, com ligação por camioneta com a Reboleira. Ou então a camioneta de Sete Rios para Queluz de Baixo e Massamá. Não há que enganar.

O Porto também vai comemorar o fim do ano com os comunistas. A partir das 22 horas no Pavilhão do Académico. Actuam entre muitos artistas alguns nomes bem conhecidos: José Viana, Dora Leal, Ary dos Santos, José Manuel Osório, Lurdes Rodrigues e o Conjunto «1.º de Maio». Vai haver 2 conjuntos musicais, serviço de bar, parque privativo, surpresas e sobretudo alegria. Os interessados devem procurar os convites nos Centros de Trabalho do Porto.